



Porto do Aço Operações S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e Consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da

Porto do Açú Operações S.A.

Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Porto do Açú Operações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto do Açú Operações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Porto do Açú Operações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1 - Valor recuperável de propriedades para investimento e ativo imobilizado

Veja a Notas n. 16 e 17 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como a auditoria avaliou esse assunto
<p>A Companhia avaliou a existência de indicadores de redução ao valor de ativos, quando possível individualmente, e em relação à sua unidade geradora de caixa ("UGC"). Para o cálculo do valor recuperável da UGC utilizou-se do método de fluxo de caixa futuro, com base em projeções econômico-financeiras.</p> <p>Devido às incertezas inerentes relacionadas com as projeções de fluxo de caixa e suas estimativas para determinar a capacidade de recuperação de ativos, como a taxa de desconto, crescimento econômico projetado, projeção da receita na determinação do valor em uso dos ativos, e à complexidade do processo, o qual requer um grau significativo de julgamento para determinação da estimativa contábil, que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para a auditoria das demonstrações financeiras.</p>	<p>Nossos procedimentos incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">– Entendimento do processo de preparação e revisão do plano de negócios e análises ao valor recuperável disponibilizadas pela Companhia.– Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das premissas e as metodologias utilizadas na preparação do modelo de fluxo de caixa futuro, como o crescimento econômico projetado para o setor, estimativa das receitas projetadas, a inflação de custos e as taxas de desconto, confrontando-as com dados obtidos de fontes externas e internas..– Conferência aritmética dos modelos econômicos dos fluxos de caixa futuros e resultados projetados, confrontando-os com as informações contábeis e relatórios gerenciais e com os planos de negócios aprovados pela Administração.– Avaliação das análises preparadas pela Administração para a recuperabilidade de ativos individuais, com base na extensão pela qual esses ativos seriam utilizáveis.

- Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes, principalmente em relação ao teste do valor em uso e sua comparação com o valor recuperável.
- Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que são aceitáveis, no tocante à sua recuperabilidade, os saldos das propriedades para investimento e do ativo imobilizado, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

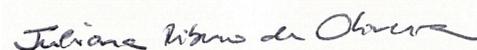
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Juliana Ribeiro de Oliveira
CRC RJ-095335/O-0

Balanços patrimoniais 31 de dezembro 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	54.509	90.093	66.010	103.158
Caixa restrito	6	18.338	224.957	18.338	224.957
Depósitos bancários vinculados	7	799	895	823	895
Clientes	8	47.022	18.669	47.219	18.587
Despesas antecipadas		452	455	477	465
Impostos a recuperar	9	25.508	6.019	25.992	6.648
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9	-	-	1.193	260
Estoques		2.182	1.044	2.183	1.044
Partes Relacionadas – contas a receber	21	1.802	2.957	147	2.721
Outros valores a receber		4.842	756	4.484	313
Total do ativo circulante		155.454	345.844	166.866	359.048
Não circulante					
Clientes	8	109.459	97.730	109.459	97.730
Depósitos bancários vinculados	7	3.251	3.100	3.251	3.100
Depósitos restituíveis	11	58.744	55.239	58.744	55.239
Depósitos judiciais	12	10.402	10.070	10.947	10.070
Impostos a recuperar	9	23.053	4.639	23.053	4.639
Impostos diferidos	10	-	11.791	44	11.816
Despesas antecipadas LP		167	-	684	-
Partes Relacionadas – contas a receber	21	495.923	533.660	495.923	533.660
Créditos com terceiros LP	14	80.031	80.031	80.031	80.031
Debêntures	13	659.393	659.393	659.393	659.393
Investimentos	15	106.401	102.337	-	-
Propriedade para investimento	16	447.139	447.067	526.950	526.931
Imobilizado	17	2.789.300	2.917.018	2.810.624	2.929.130
Intangíveis	18	6.665	7.326	6.783	7.427
Ativo Diferido	19	17.703	23.773	-	-
Direito de uso	20	6.107	7.594	6.107	7.594
Total do ativo não circulante		4.813.738	4.960.768	4.791.993	4.926.760
Total do ativo		4.969.192	5.306.612	4.958.859	5.285.808

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanços patrimoniais 31 de dezembro 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	24	27.672	23.170	29.350	24.597
Salários e encargos a pagar		23.104	22.249	23.281	22.379
Outros Impostos e contribuições a recolher	23	1.769	1.974	1.868	2.056
Imposto de renda e contribuição social a recolher	23	-	-	1.093	232
Passivos de arrendamento	20	1.306	1.353	1.306	1.353
Empréstimos, financiamentos e debêntures	22	308.446	213.199	308.446	213.199
Partes relacionadas – contas a pagar	21	2.266	4.378	2.198	4.326
Adiantamento de clientes		3.095	2.395	3.095	2.471
Outros		-	-	-	2
Total do passivo circulante		367.656	268.718	370.637	270.615
Não circulante					
Fornecedores	24	2.013	15.906	2.013	16.131
Impostos e contribuições a recolher	23	-	114	-	114
Empréstimos, financiamentos e debêntures	22	5.072.814	4.898.746	5.072.814	4.898.746
Passivos de arrendamento	20	5.365	6.628	5.365	6.628
Obrigações com terceiros	14	19.880	22.346	20.023	22.344
Adiantamento de clientes		15.543	17.937	15.543	17.937
Provisão para contingências	25	25.942	6.508	25.942	6.508
Provisão para perdas em investimentos	15	754	736	-	-
Outros passivos		-	-	484	484
Total do passivo não circulante		5.142.311	4.968.921	5.142.184	4.968.892
Patrimônio líquido					
Capital social	26	3.330.614	2.934.929	3.330.614	2.934.929
Reservas de capital		181.357	412.742	181.357	412.742
Prejuízos acumulados		(4.052.748)	(3.278.698)	(4.066.117)	(3.301.541)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		(540.777)	68.973	(554.146)	46.130
Participação de acionistas não controladores		-	-	184	171
Total do patrimônio líquido		(540.777)	68.973	(553.962)	46.301
Total do passivo e patrimônio líquido		4.969.192	5.306.612	4.958.859	5.285.808

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receita líquida de prestação de serviços	27	269.554	209.548	274.545	214.126
Custo dos serviços prestados	28	(186.108)	(169.881)	(187.377)	(169.581)
Lucro bruto		83.446	39.667	87.168	44.545
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas	29	(124.003)	(108.943)	(120.516)	(104.669)
Reversão da provisão para perda - depósitos restituíveis	11	10.015	6.229	10.015	6.229
Reversão/(Provisão) para perda sobre recebíveis	6,7 e 8	16.513	(19.677)	19.364	(19.596)
Redução ao valor recuperável de ativos ("impairment")	16 e 17	17.155	-	17.155	-
Baixa de imobilizado	16	(18.341)	-	(18.347)	-
Receita na venda de ativo imobilizado		2.292	-	2.292	-
Outras receitas (despesas)		(3.542)	12.210	(3.527)	10.533
Resultado antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos		(16.465)	(70.514)	(6.395)	(62.958)
Receitas financeiras		44.356	51.809	44.697	52.070
Despesas financeiras		(789.737)	(496.589)	(789.953)	(498.300)
Resultado financeiro	30	(745.381)	(444.780)	(745.256)	(446.230)
Resultado de equivalência patrimonial	15	(412)	(822)	-	-
Resultado antes dos impostos		(762.258)	(516.116)	(751.651)	(509.188)
Imposto de renda e contribuição social corrente	23	-	-	(1.145)	(284)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	(11.792)	(28.885)	(11.773)	(28.910)
Prejuízo líquido do exercício		(774.050)	(545.001)	(764.569)	(538.382)
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		(774.050)	(545.001)	(764.558)	(538.382)
Acionistas não controladores		-	-	(11)	-
Resultado por ação		(0,27753)	(0,17585)	(0,27413)	(0,17360)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Prejuízo líquido do exercício	(774.050)	(545.001)	(764.569)	(538.382)
Total dos resultados abrangentes do exercício	(774.050)	(545.001)	(764.569)	(538.382)
Resultado atribuível aos:				
Acionistas controladores	(774.050)	(545.001)	(764.558)	(538.382)
Acionistas não controladores	-	-	(11)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de Capital				Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido - controladora	Ajuste IFRS (*)	Total Patrimônio líquido	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
		Reserva de Capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Opções de ações outorgadas	Varição percentual na participação de investidas						
Saldo em 1º de janeiro de 2020	2.085.348	20.139	589.580	1.370	107	(2.733.697)	(37.153)	(29.462)	(66.615)	171	(66.444)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(545.001)	(545.001)	6.619	(538.382)	-	(538.382)
Aumento de capital	849.581	-	(849.581)	-	(2)	-	(2)	-	(2)	-	(2)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	651.129	-	-	-	651.129	-	651.129	-	651.129
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.934.929	20.139	391.128	1.370	105	(3.278.698)	68.973	(22.843)	46.130	171	46.301
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(774.050)	(774.050)	9.474	(764.576)	-	(764.576)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	164.309	-	-	-	164.309	-	164.309	-	164.309
Aumento de capital	395.685	-	(395.685)	-	-	-	-	-	-	-	-
Varição percentual na participação de investidas	-	20	-	-	(29)	-	(9)	-	(9)	13	4
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.330.614	20.159	159.752	1.370	76	(4.052.748)	(540.777)	(13.369)	(554.146)	184	(553.962)

(*) – veja nota explicativa nº 4.a.

As notas explicativas são parte integrante demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes dos impostos	(774.050)	(516.116)	(764.569)	(509.188)
Itens de resultado que não afetam o caixa:				
Provisão para IR e CSL	-	-	1.145	-
Provisão de IR/CSL diferido	11.792	-	11.773	-
Depreciação e amortização	137.800	129.016	131.908	123.050
Crédito PIS/COFINS extemporâneo	(14.109)	-	(14.109)	-
Amortização direito de uso	1.486	2.363	1.486	2.363
Amortização do custo de transação	27.039	18.631	27.039	18.631
Resultado de equivalência patrimonial	412	822	-	-
Reversão da provisão para <i>impairment</i>	3.664	-	3.664	-
Redução ao valor recuperável de ativos (" <i>impairment</i> ")	(17.155)	-	(17.155)	-
Baixa de ativo	18.341	7.154	18.400	8.399
Provisão (reversão) de perdas sobre recebíveis	(16.513)	19.677	(19.364)	19.596
Variação monetária e juros	702.168	411.186	702.168	412.735
Reversão da provisão de perdas sobre depósitos restituíveis	(10.015)	(6.229)	(10.015)	(6.229)
Provisão para bônus	17.403	17.095	17.510	17.167
Provisão para contingências	19.433	852	19.433	852
Provisão de fornecedores	274	-	274	-
Outros	-	-	21	-
	107.970	84.451	109.609	87.376
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos:				
Clientes	(23.594)	(36.094)	(21.021)	(35.042)
Impostos a recuperar	27.193	(29.395)	27.337	(29.531)
IR e CSLL a recuperar e diferido	(114)	-	(1.046)	490
Depósitos bancários vinculados	(31)	727	(55)	740
Depósitos restituíveis	9.291	6.838	9.291	6.838
Depósitos judiciais	(332)	257	(877)	257
Partes Relacionadas- ativo e passivo	(707)	(1.181)	312	(885)
Fornecedores	(9.385)	(2.158)	(9.356)	(1.018)
Estoques	(1.139)	(483)	(1.139)	(483)
Impostos e contribuições a recolher	(205)	16.530	(472)	16.322
Salários e encargos a pagar	(16.548)	(13.291)	(16.607)	(13.358)
Contas a pagar com partes relacionadas	(2.112)	(3.171)	(2.129)	(2.093)
Adiantamento de clientes	(4.687)	(2.335)	(4.764)	(2.259)
Outros	(2.983)	1.241	(3.077)	1.056
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	82.617	21.936	86.006	28.410
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de bens do imobilizado	(54.904)	(20.491)	(64.295)	(22.866)
Aquisição de bens intangíveis	(1.396)	(1.526)	(1.416)	(1.533)
Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada	(592)	(250)	-	-
Propriedades para investimento	(3.235)	(868)	(3.235)	(868)
Aumento de capital em controlada	(4.376)	(127)	-	-
Recebimento de parte relacionada – venda de ativos	75.000	102.200	75.000	102.200
Adiantamento na venda de imobilizado	2.992	-	2.992	-
Outros	501	606	(9)	(3.431)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento	13.990	79.544	9.037	80.364
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de capital	164.309	651.129	164.309	651.129
Caixa restrito	206.621	(219.289)	206.621	(219.289)
Passivo de arrendamento	(1.932)	(2.522)	(1.932)	(4.124)
Empréstimos liquidados com terceiros	(32.981)	(109.051)	(32.981)	(109.051)
Custos de transação	-	(55.819)	-	(55.819)
Juros pagos	(468.208)	(298.218)	(468.208)	(298.218)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(132.191)	(33.770)	(132.191)	(35.372)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(35.584)	67.710	(37.148)	73.402
Caixa e equivalentes no início do exercício	90.093	22.383	103.158	29.756
Caixa e equivalentes no fim do exercício	54.509	90.093	66.010	103.158
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(35.584)	67.710	(37.148)	73.402

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Porto do Aço Operações S.A. (“Porto do Aço” ou “Companhia”), situada à Rua do Russel, 804, 5º andar, Glória, Rio de Janeiro, foi constituída em 11 de abril de 2007 com o objetivo de desenvolver e operar atividades de logística e infraestrutura integradas principalmente no setor portuário, por meio do Porto do Aço, que está localizado no litoral norte do Estado do Rio de Janeiro, no Município de São João da Barra, a 45 km da cidade de Campos dos Goytacazes. Possui localização estratégica a aproximadamente 150 km de distância da Bacia petrolífera de Campos. Trata-se de um Porto privativo de uso misto desenvolvido no conceito de porto-indústria e está em operação desde outubro de 2014. A Companhia é uma subsidiária controlada por Prumo Logística S.A. (“Prumo”).

O Porto do Aço formalizou em 2021 a adesão ao Environmental Ship Index (ESI), índice que classifica as embarcações que superam os padrões de emissão estabelecidos pela Organização Marítima Internacional (IMO, na sigla em inglês). Navios que performam acima dos padrões ambientais, incluindo os níveis de emissões de gases do efeito estufa, passam a ter acesso a tarifas portuárias diferenciadas, com descontos de até 10% (*) sobre a tarifa de operação.

Com a iniciativa, o Porto do Aço passa a integrar uma lista de 62 portos (*) globais que adotaram o mecanismo de incentivo. O ESI é um projeto liderado pelo World Ports Sustainability Program (WPSP), vinculado à Associação Internacional de Portos (IAPH).

O Terminal Multicargas (*T-MULT*) registrou recorde de movimentação, com mais de 1,5 milhão de toneladas movimentadas (*), mais do que o dobro do ano passado. O terminal encerrou o ano operando para 40 clientes, 15 produtos diferentes (*), sendo dois (*) adicionados ao portfólio no ano que passou: espodumênio e concentrado de cobre. Também intensificou as operações com fertilizantes, depois de colocar o Rio de Janeiro no mapa do produto no país, em 2020.

Em 2021, O Porto do Aço recebeu mais de 4 mil embarcações (*) em seus terminais. Este número é 20% maior do que o recorde anterior(*). Todos os acessos e manobras realizados com a máxima segurança com o controle do Centro de Operações e Resposta a Emergências do Porto do Aço – o CORE, conceito único no país para gestão integrada de operações portuárias, unindo gestão náutica, terrestre e atendimento a emergência.

O Porto do Aço é o primeiro porto do Brasil a obter certificação internacional EcoPorts. O selo é a principal iniciativa global do setor e reconhece portos com boas práticas de gestão ambiental. A chancela reforça o compromisso de desenvolvimento do Aço como um porto de classe mundial, comprometido com as melhores práticas ambientais, sociais e de governança formalizadas em sua política de sustentabilidade.

Em 2021, a Porto do Aço Operações, responsável pela administração do Porto do Aço, passou a integrar o Pacto Global da ONU, assumindo compromisso com a maior iniciativa voluntária de sustentabilidade corporativa do mundo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(*) informação não auditada

2 Licenças e autorizações:

Licenças ou autorizações vigentes e obtidas até 31 de dezembro de 2021:

Empresas	Descrição	Documento	Data de emissão	Vigência
Porto do Açu (*)	Aprovando a concepção e localização das estruturas de uso comum do Distrito Industrial de São João da Barra (DISJB), que contemplarão: sistema rodoferroviário, rede de microdrenagem, rede de canais de macrodrenagem, implantação do canal Campos-Açu no trecho Quitungute - UCN, rede elétrica, estrutura de captação de água rio Paraíba do Sul e adutora, sistema de reservação, tratamento e distribuição de água, sistema de esgotamento sanitário com coleta, tratamento e disposição final via emissário submarino, sistema de emissário terrestre e submarino, corte e aterro, loteamento e arruamentos, projeto urbanístico e paisagístico. (*)	LP nº IN021311 AVB002637	30/10/2012	30/10/2017
Porto do Açu (*)	Autorização da extração de água bruta em poço tubular, com finalidade de uso industrial (usina de concreto) e outros usos (umectação de vias) na Região hidrográfica RH-IX - Baixo Paraíba do Sul	OUT nº IN022389	04/02/2013	04/02/2018
Porto do Açu	Licença de operação que autoriza o <i>T-Mult</i> dedicado à movimentação de granéis sólidos (carvão/coque e bauxita) e carga geral (blocos de granito, contêineres e cargas de projetos).	LO nº IN034002 AVB003515	15/04/2016	15/04/2023
Porto do Açu (*)	Aprovou a concepção e localização do Terminal Sul. (*)	LP nº IN018985	16/02/2012	16/02/2015
Porto do Açu (*)	Autorização para a extração de água bruta subterrânea em 02 (dois) poços tubulares, com a finalidade de uso industrial (sistema de resfriamento, aspersão de pilhas de carvão e coque, fabricação de lama de perfuração), e outros (limpeza de dependências).	OUT nº IN028801	13/11/2014	13/11/2019
Porto do Açu (*)	Licença de Instalação LI nº IN042068 aprova a implantação de um canal de navegação, composto por um canal de acesso marítimo (<i>offshore</i>) e um canal de atracação (<i>onshore</i>) e implantação das estruturas de cais, guias correntes e pier.	LI nº IN042068 AVB 003786	13/11/2017	13/11/2021
Porto do Açu (*)	Autorização ambiental que permite o fundeio de plataformas e embarcações <i>offshore</i> na área do T2 e sua atracação nos molhes norte e sul deste mesmo terminal.	AA nº IN050670	25/11/2019	25/11/2021
Porto do Açu (*)	Licença Prévia e de Instalação aprova a concepção, localização e implantação de dois depósitos (2 e 7) de apoio terrestre para disposição do material dragado do canal de acesso da Unidade de Construção Naval do Açu, com supressão de vegetação nativa de 14,11 ha de restinga e o corte de vegetação exótica em uma área de 2,67 ha cobertos por cercas vivas de espécie <i>Euphorbia tirucalli</i> , localizado na Rodovia RJ 240 - Açu, Distrito Industrial, Município São João da Barra.	LPI nº IN030901	29/06/2015	29/06/2018
		OUT nº IN001541	23/03/2010	22/03/2015

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Empresas	Descrição	Documento	Data de emissão	Vigência
Porto do Aço (*)	Autoriza a extração de água subterrânea para finalidade de consumo e higiene humana e irrigação. (*)			
Pedreira Sapucaia (*)	Implantação das atividades de britagem e extração mineral de granito, para uso na construção civil, em uma jazida inserida em 2 poligonais que totalizam 73,05 ha, processos DNPM 890.220/11 e 890.187/11, cuja frente de lavra efetiva corresponde a 19,89 ha, georreferenciada através das coordenadas UTM (WGS 84) 24K 242.828 m E 7.602.575 m N. O beneficiamento do minério será realizado em duas centrais de britagem, com capacidade total de 600 t/h. (*)	LPI nº IN018049 AVB001088	04/11/2011	04/11/2014
Pedreira Sapucaia (*)	Atividade de extração mineral de granito em blocos, para uso na construção civil, em uma frente de lavra de 5,06 ha, inserida em área de 21,8 há. (*)	LO nº IN016484 AVB001187 AVB001426	02/05/2011	02/05/2016
Reserva Ambiental	Certidão atestando a inexigibilidade de licença para consultoria com objeto de elaboração e execução de projeto de recuperação, restauração e recomposição florestal.	CA nº IN022772	26/03/2013	Indeterminado
Porto do Aço	Aprova a área de reserva legal da matrícula 7.096 de SJB.	CA nº IN018822	27/01/2012	Indeterminado
Porto do Aço	Aprova a área de reserva legal da matrícula 4.812 de SJB.	CA nº IN018820	27/01/2012	Indeterminado
Porto do Aço	Certificado para atestar a inexistência de dívida financeira referente à infração ambiental, anexo (geralmente solicitamos estes certificados quando requerido por algum potencial parceiro de negócios).	CA nº IN042911	19/12/2017	Indeterminado
Porto do Aço	Licença concedida autorizando a localização, instalação e operação de um ponto de abastecimento de máquinas e veículos automotores, possuindo 03 tanques aéreos com capacidade de 30m³ cada.	LAS nº IN046935	29/10/2018	29/10/2023
Porto do Aço	Para a implantação do Terminal Sul, planta portuária destinada à movimentação de cargas e produtos para importação e exportação (granéis sólidos e líquidos de diversas naturezas, carga geral e cargas de projeto), com supressão de vegetação nativa de 0,7 ha de eucaliptos encontrados na área de intervenção e realizar captura, transporte e monitoramento de fauna silvestre.	LI nº IN050940 em substituição a LI nº IN023176	13/01/2020	13/01/2024
Porto do Aço	Licença para implantação da Linha de Transmissão denominada LT-345 kV Subestação (SE) Complexo Subestação (SE) OSX 345 kV, com 7 km de extensão e 50 metros de faixa de servidão.	LI nº IN051690 em substituição a LI nº IN050586	05/10/2020	04/11/2025
Porto do Aço	Licença de instalação que autoriza a implantação do pátio logístico, compostos por pátios de granéis sólidos, para armazenamento de rochas ornamentais, produtos siderúrgicos, contêineres e infraestrutura de apoio, vias de acesso e de distribuição de cargas e sistemas de utilidades.	LI nº IN051258 em substituição a LI nº IN030949	28/04/2020	27/04/2026
Porto do Aço	Aprovando a concepção, localização e implantação de infraestrutura do Terminal Sul (TSUL), que compreende a pavimentação de vias, edificação da portaria principal, implantação da rede de drenagem e de distribuição de água, situado na Fazenda Saco Dantas.	LI nº IN006287 em substituição a LI nº IN028199	30/04/2020	30/04/2026
Porto do Aço	Outorga Preventiva de Uso de Recursos Hídricos de domínio da União, Rio Paraíba do Sul, com captação em São João da Barra.	Outorga ANA 2.504	15/12/2020	17/12/2023

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Empresas	Descrição	Documento	Data de emissão	Vigência
Porto do Açu	Outorga Preventiva de Uso de Recursos Hídricos de domínio da União, Rio Paraíba do Sul, com captação em São João da Barra.	Outorga ANA 2.505	15/12/2020	17/12/2023
Porto do Açu	Licença para fundeio, atracação e prestação de serviços de apoio na área do Terminal de Uso Privado - TUP Molhe Sul e no canal do T2, incluindo apoio logístico e portuário (abastecimento de água e energia, fornecimento de combustíveis, materiais e produtos químicos, coleta e destinação de todos os tipos de resíduos e efluentes contidos nas embarcações); reparos, manutenção e montagem eletromecânica em embarcações (limpeza de tanques, movimentação, instalação, inspeção, reparo e testes de equipamentos, limpeza e pintura de casco), fornecimento de combustíveis; mobilização temporário (cargas gerais e químicas).	LO N° IN052580	30/12/2021	26/12/2033
Reserva Ambiental	Licença Prévia e de Instalação que autoriza a localização e implantação das infraestruturas necessárias ao desenvolvimento sustentável da RPPN Caruara.	LPI n° IN009339	16/06/2021	16/06/2023
Águas Industriais	Outorga que autoriza a captação de água no poço T2-5. Objeto detalhado: "extração de água bruta em um poço tubular, com as finalidades de uso consumo e higiene humana, uso industrial (operações portuárias, instalações industriais e equipamentos, sistema de resfriamento, fornecimento a embarcações, sistema de aspersão de cargas), construção civil e limpeza de dependências, na Região Hidrográfica IX – Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana, na quantidade e sob as condições constantes deste documento, sujeitos à cobrança, na forma prevista na Lei Estadual nº 4.247/03, em consonância com o § 1º do art. 27 da Lei Estadual nº 3.239/99. Número CNARH: 33.0.0289908/20 Ponto: Poço T2-5 Código de interferência: 1119684 Vazão máxima instantânea: 95,0 m³/h Vazão média: 95,0 m³/h Volume máximo diário: 1.900,0 m³/dia Tempo: 20 h/d Período: 30 d/mês Coordenadas geográficas: Lat. 21° 52' 33,0" S e Long. 41° 2' 0,7" O DATUM: SIRGAS2000 Lançamento informativo: Volume máximo diário de 78,32 m³ realizado em um canal de navegação artificial conectado diretamente ao mar, denominado pelo requerente de Canal do terminal 2."	OUT N° IN010339	08/10/2021	08/10/2026
Porto do Açu (*)	Autoriza o manejo de fauna para a realização do monitoramento de biota aquática, obrigatório como parte do licenciamento do Terminal 2.	AA n° IN004207	20/08/2019	20/08/2021
Porto do Açu	Autorização para extração de água bruta em poço tubular, com finalidade de uso industrial e outros usos na Região hidrográfica RH-IX – Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana.	OUT n° IN038837	02/06/2017	02/03/2022
Porto do Açu (*)	Autoriza o manejo de fauna para a realização do monitoramento de biota aquática, obrigatório como parte do licenciamento do canal do terminal 2.	AA n° IN004240	26/08/2019	26/08/2021

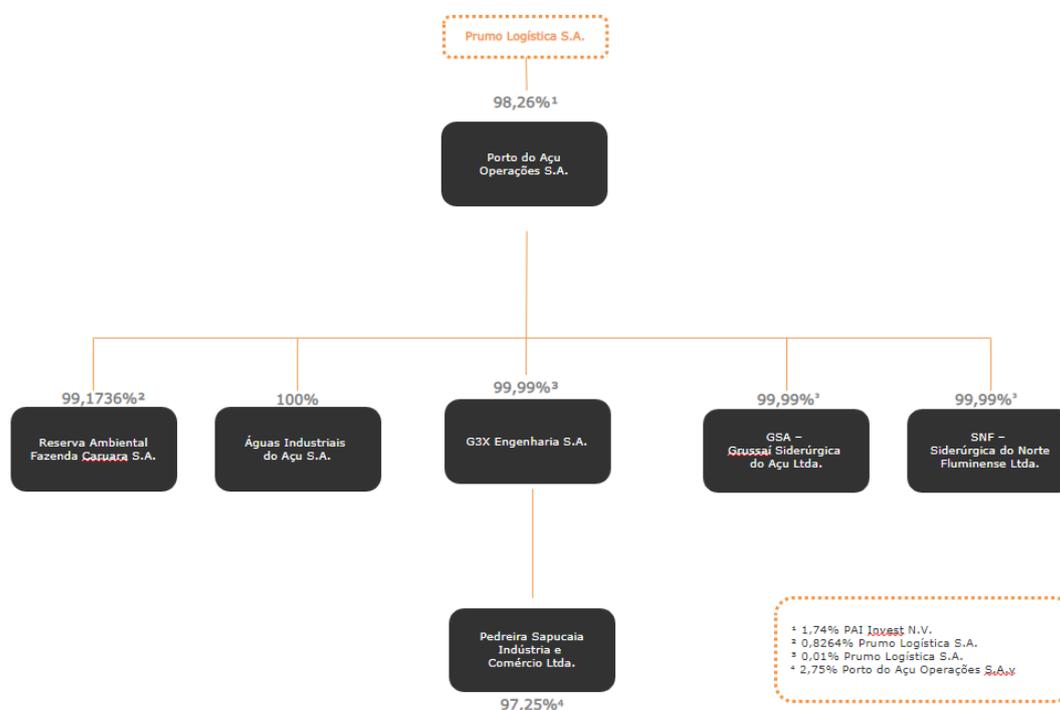
(*) Licenças em processo de renovação. Prorrogação automática do prazo de expiração de licenças ambientais até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente mediante requerimento tempestivo, prevista na Lei Complementar nº 140/2011.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3 Empresas do grupo

Controladas diretas:	País	Participação acionária	
		2021	2020
G3X Engenharia S.A. ("G3X")	Brasil	99,99%	99,99%
Águas Industriais do Aço S.A. ("Águas Industriais", antiga EBN)	Brasil	100,00%	100,00%
GSA - Grussaí Siderúrgica do Aço Ltda. ("GSA")	Brasil	99,99%	99,99%
Reserva Ambiental Fazenda Caruara S.A. ("Reserva Ambiental Caruara")	Brasil	99,17%	99,05%
Siderúrgica do Norte Fluminense Ltda. ("SNF")	Brasil	99,99%	99,99%

Controladas indiretas:	País	2021	2020
Pedreira Sapucaia Indústria e Comércio Ltda. ("Pedreira Sapucaia")	Brasil	97,25%	97,25%



Além da Porto do Aço, as controladas Reserva Ambiental Fazenda Caruara S.A. ("Reserva Ambiental Caruara") e Águas Industriais do Aço ("Águas Industriais") já se encontram em operação e a controlada Pedreira Sapucaia Indústria e Comércio Ltda. ("Pedreira Sapucaia") operou em 2012 e 2013 e teve uma parada em sua operação em 2014. As demais empresas controladas, por estratégia da Controladora, não possuem atividades operacionais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e incluem o ativo diferido da Companhia que terminará em 2024. Portanto, estas demonstrações financeiras individuais em BR GAAP não estão de acordo com o IFRS. A diferença entre o patrimônio líquido individual e o consolidado está relacionada ao referido ativo diferido, que foi reconhecido em prejuízos acumulados no patrimônio líquido consolidado quando da adoção inicial do IFRS e a amortização desse ativo diferido vem sendo reconhecido no resultado do exercício da Companhia desde o início de suas operações em 2014.

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas nessas Demonstrações financeiras pelas entidades controladas pela Companhia.

b) Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado ou pelo valor justo através de outros resultados abrangentes; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável (“*impairment*”) de ativos.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão e divulgação das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em 11 de março de 2022. Desta forma, estas demonstrações financeiras consideram eventos subsequentes que pudessem ter efeito sobre elas até a referida data.

c) Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou prejuízo consolidado no exercício de R\$764.569 (R\$538.282 em 31 de dezembro de 2020), capital circulante consolidado negativo de R\$203.771 (e positivo em R\$88.433 em 31 de dezembro de 2020) e patrimônio líquido consolidado negativo de R\$542.152 (positivo em R\$46.301 em 31 de dezembro de 2020).

A estratégia financeira adotada pela Porto do Aço (“Companhia”) ao final dos quatro anos de carência do contrato de financiamento assinado em 2015 foi a renegociação visando um refinanciamento da dívida de longo prazo com os Bancos Repassadores (Bradesco e Santander) e com os debenturistas (FI-FGTS). O objetivo, à época, foi reestruturar o fluxo

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

de serviço da dívida existente, adequando o fluxo de pagamentos à geração de caixa da Companhia. A renegociação foi finalizada em 31 de janeiro de 2020. Conseqüentemente, os fluxos de pagamento no curto prazo foram alongados impactando significativamente na redução do passivo circulante e diminuição do capital circulante líquido negativo.

Após renegociação da dívida de longo prazo, o acionista majoritário da Controladora Prumo Logística aumentou seu compromisso de aporte adicional na Porto do Açu para pagamento de serviço da dívida, aumentando os valores ainda não utilizados do compromisso firmado anteriormente de R\$438 milhões para R\$850 milhões no momento da assinatura. Em 31/12/2021, conforme previsto em contrato, o valor corrigido a IPCA encontra-se na casa de R\$ 975 milhões, o que em números estimados, é o equivalente a pelo menos 3 (três) amortizações semestrais do financiamento da Companhia.

Além desses fatores, a Companhia considera em seu plano de negócios de longo prazo estudos técnicos de viabilidade e fluxo de caixa projetado para mais de 10 anos. A maioria dos contratos existentes e previstos são de longa duração, o que suporta a previsão de resultados futuros.

A Administração entende que o plano de negócios preparado para obter a geração de recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos operacionais vem tendo sucesso. Desde janeiro de 2020 até o fim de 2021, a controladora Prumo aportou R\$445 milhões e a Açu Petróleo Investimento repagou R\$177 milhões do contas a pagar aberto com a Companhia.

Adicionalmente, com base nos contratos existentes, incluindo o compromisso dos acionistas, e informações disponíveis e dados concretos, a Administração reavaliou suas projeções de investimentos, custos, despesas, caixa operacional, recebíveis, recuperabilidade de ativos e concluiu que, neste momento, não há nenhuma alteração significativa a ser considerada e que coloque em dúvida a continuidade operacional da Porto do Açu.

Por fim, considerando as informações acima, com destaque para as garantias recebidas do acionista Controlador e o histórico de crescimento operacional descrito na nota explicativa N°1 - Contexto operacional, as demonstrações financeiras da Porto do Açu foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

e) Uso de estimativas e julgamentos

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos para o próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

— Nota explicativa 8 e 33: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;

— Nota explicativa 10: Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

— Nota explicativa 18: Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;

— Nota explicativa 25: Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Questões significativas de avaliação são reportadas para o Conselho de Administração da Companhia.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação conforme descrito na Nota explicativa 33 – Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 16: Propriedade para investimento;
- Nota explicativa 34: Instrumentos financeiros e gerenciamentos de riscos;

5 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhe abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e pelas entidades do Grupo.

a) Consolidação

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as demonstrações financeiras de controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as controladas, descritas na Nota explicativa 3 - Empresas do Grupo.

Saldos e transações entre companhias do grupo e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transação entre companhias do grupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais, para o real pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Os ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda estrangeira, são convertidos para o real utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas dos respectivos balanços patrimoniais e os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio ao final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ativos e passivos não monetários são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira e são convertidos pela taxa de câmbio na data de transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

c) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

(i) Caixa e Equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários

Os equivalentes de caixa são mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Por conseguinte, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. Aplicações financeiras com vencimento acima de três meses encontram-se classificados como títulos e valores mobiliários.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia detinha Caixa e equivalente de caixa no montante de R\$54.509 (R\$90.091 em 31 de dezembro 2020). O Caixa e equivalente de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA e AAA conforme metodologia S&P Global Rating.

A provisão de perda estimada foi calculada com base na taxa de perda esperada de 12 meses e reflete os prazos de vencimento das exposições de risco. Os efeitos para 31 de dezembro de 2021 estão demonstrados nas Notas explicativas nº 6 e 7 - Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e depósitos bancários vinculados. O caixa e equivalente de caixa detêm de um risco baixo de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(ii) Contas a Receber

Para o Contas a receber, a Companhia adotou uma abordagem simplificada e realizou o cálculo da perda esperada, tomando como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisão que é baseada em seu histórico de perdas de crédito, ajustada a fatores prospectivos específicos do ambiente econômico no qual atua e por qualquer garantia financeira relacionada ao recebível.

d) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros - Reconhecimento e mensuração inicial

Os recebíveis de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros;
- e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, A Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato.

Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Porto do Açu e suas controladas concluíram que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

f) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais.

g) Imobilizado

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, da data em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização nos propósitos da Administração.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos anualmente, e em função disso, eventuais ajustes podem ser reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Ativo	Vida útil (Anos)
Edificações	25 a 40
Pier de apoio T2	60
Canal T2	15
Defensas T2	10
Pier <i>T-Mult</i>	60
Defensas Pier <i>T-Mult</i>	10
Quebra-Mar T2	60
Vias de acesso	10 a 20
Pier molhe sul T2	60
Benfeitorias	25
Instalações	5 a 20
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	5
Máquinas e equipamentos	10
Veículos	5 a 20
Terrenos	0

A Companhia classifica como obras em andamento todas as obras civis ocorridas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

durante a fase de construção e instalação até o momento em que entram em operação, quando são reclassificadas para as contas correspondentes de bens em operação.

h) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, se houver. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Ativo Intangível	Vida útil (Anos)
Licenças de Uso de Software	5

i) Propriedade para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A Administração da Companhia optou por classificar a propriedade para investimento pelo custo desde o seu reconhecimento inicial.

O custo inclui despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. Pode ser composto de juros capitalizados decorrentes dos empréstimos, gastos com material e mão de obra direta ou qualquer outro gasto diretamente atribuível a essa propriedade, desde que seja necessário para colocá-la em condição de uso conforme o seu propósito.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado do exercício. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida é vendida, os respectivos montantes reconhecidos em ajuste de avaliação patrimonial são transferidos para lucros (prejuízos) acumulados.

Quando a utilização da propriedade mudar de tal forma que ela seja reclassificada como imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação será seu custo para a contabilização subsequente.

Conforme CPC 28 - Propriedade para investimento, a Companhia divulga o valor justo dos terrenos destinados ao arrendamento.

j) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos não financeiros

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros com vida útil definida são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado anualmente. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado anualmente.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa (“UGC”) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao calcular o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita as condições de mercados vigentes quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Perdas reconhecidas referentes a UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a outros ativos (exceto ágio) é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Ativos financeiros não-derivativos

- A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:
- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
 - Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
 - Ativos de contrato.

k) Arrendamentos

A Companhia e suas controladas aplicaram o CPC 06(R2) / IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1) / IAS 17 e ICPC 03 / IFRIC4.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os principais ativos de arrendamento classificados pela Companhia são demonstrados no quadro abaixo:

Classe ativo	Ativo objeto	Taxa de desconto aplicada % a.a.
Imóvel	Sala comercial	10,60
Imóvel	Prédio	7,73
Máquinas e equipamentos	Gerador	10,07
Máquinas e equipamentos	Escavadeira	6,95
Máquinas e equipamentos	Trator	6,95
Máquinas e equipamentos	Plataforma elevatória	6,95

- **Isenção no reconhecimento**

- Arrendamentos de curto prazo – Para contratos com um prazo de 12 meses ou menos, sendo os pagamentos de arrendamento associados a esses contratos reconhecidos como despesa do exercício ao longo do prazo do contrato.
- Arrendamentos de baixo valor – A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor, os valores de pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos são reconhecidos como despesa de forma linear pelo prazo de arrendamento.

Na demonstração dos fluxos de caixa, os pagamentos de arrendamentos que antes eram apresentados como fluxos de caixa das atividades operacionais após a norma estão apresentados como fluxos de caixa de financiamento, representando os pagamentos de principal e juros dos passivos de arrendamento. Contudo, essa alteração não gerará impactos na posição líquida do Fluxo de Caixa da Companhia.

l) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As taxas pagas no estabelecimento dos empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidas como custos da transação deles.

m) Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

n) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazos de prescrição aplicáveis, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases anuais.

o) Receita operacional

De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar momento da transferência de controle em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo requer julgamento. As principais receitas da Companhia e suas controladas são provenientes de:

(i) Receitas de cessão onerosa do direito real de superfície ou equiparáveis a atividade de arrendamento

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A receita de cessão onerosa do direito real de superfície ou acordo equiparável referente às propriedades para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo contratual. Eventuais incentivos concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de cessão do direito real de superfície pelo período contratado.

(ii) Serviços portuários

Prestação de serviços portuários, direito de acesso e operações logísticas são reconhecidos no resultado.

Essas operações portuárias representam obrigações de desempenho para o fornecimento de serviços de infraestrutura portuária para os clientes, ou seja, substancialmente serviços com o mesmo padrão de transferência para o cliente e que permite serem contabilizados como uma única obrigação de desempenho. A receita é reconhecida ao longo do tempo usando o método da porcentagem de conclusão.

A receita é mensurada com base no preço do serviço especificado nas tarifas avaliadas considerando as características do serviço ou no contrato específico do cliente. O preço do contrato pelos serviços prestados reflete o valor transferido para o cliente.

p) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os recursos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões, conforme determinado pela legislação fiscal vigente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos, passivos e o seu respectivo valor contábil, e sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionem a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Os ativos de imposto de renda e contribuição diferidos são revisados trimestralmente e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

r) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas possíveis do risco envolvido.

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito for considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

s) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros, conforme Nota explicativa 33.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação.

Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

t) Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12)
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06/IFRS 16) 65 - Revisão anual das normas IFRS 2018–2020.
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).66
- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

Com base na avaliação da administração, essas novas normas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Grupo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

6 Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e caixa restrito

a. Caixa e equivalente de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa	4.349	1.353	12.776	3.160
Operações compromissadas	50.161	88.741	53.236	100.000
Equivalentes de caixa	54.510	90.094	66.012	103.160
Provisão de perdas estimadas	(1)	(1)	(2)	(2)
Caixa e Equivalentes de caixa	54.509	90.093	66.010	103.158

b. Caixa restrito

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa Restrito	18.338	224.957	18.338	224.957
	18.338	224.957	18.338	224.957

O caixa restrito consiste em montantes depositados em conta bancária no percentual de 15% sobre os recursos recebidos pela Porto do Aço, conforme estabelecido no anexo I do contrato de financiamento, com exceção do valor de R\$184.880 em 31 de dezembro de 2020 que se refere a adiantamento para futuro aumento de capital da controladora Prumo, oriundo de evento de liquidez (redução de capital) da Aço Petróleo, previsto no contrato de refinanciamento firmado junto aos credores da Porto do Aço. Esses recursos são utilizados como “Garantia” ao referido empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”).

7 Depósitos bancários vinculados

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Porto do Aço (*)	4.056	4.025	4.056	4.025
GSA	-	1	24	1
Provisão de perdas estimadas	(6)	(31)	(6)	(31)
	4.050	3.995	4.074	3.995
Circulante	799	895	823	895
Não circulante	3.251	3.100	3.251	3.100

(*) Os recursos de titularidade da Porto do Aço, depositados na conta do Banco Santander, consistem em obrigação de compensação ambiental fixada no âmbito da licença de instalação nº IN023176, e somente poderão ser utilizados para investimentos em ações e projetos socioambientais previamente aprovados pela

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Secretaria de Estado do Ambiente e do Instituto Estadual do Ambiente, conforme previsto no Termo de Compromisso n. 03/2014.

8 Clientes

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Cessão do direito real de superfície (Partes relacionadas - Nota 21) (a)	70.185	33.244	66.232	32.261
Serviços portuários (Partes relacionadas - Nota 21)	1.900	724	1.900	724
Cessão do direito real de superfície (b)	77.364	91.398	77.409	91.398
Serviços portuários	10.822	11.345	10.822	11.346
Outros	75	41	1.338	952
	160.346	136.752	157.701	136.681
Provisão de perdas estimadas	(3.865)	(20.353)	(1.023)	(20.364)
	156.481	116.399	156.678	116.317
Circulante	47.022	18.669	47.219	18.587
Não circulante	109.459	97.730	109.459	97.730

O saldo a receber refere-se a:

- (a) Refere-se principalmente ao reconhecimento receita do contrato de aluguel (cessão do direito real de superfície), sobre a área de 336.500,86 m², com a Empresa UTE GNA I onde estão sendo instaladas as usinas termoelétricas. A receita é reconhecida pelo método linear compreendendo o prazo total do contrato de arrendamento, conforme determina o CPC 47. O reconhecimento da receita deste referido contrato foi mensurado no valor total de R\$41.926 (R\$ 30.190 em dezembro de 2020) até 31 de dezembro de 2021, compreendendo as faturas já emitidas com expectativas de recebimento em janeiro de 2023 e a parcela da linearização da receita. O mesmo método linear foi usado para reconhecer, a partir de março de 2021, a receita de cessão do direito real de superfície a área de 392.522,27 m² com empresa UTE GNA II onde será construída uma nova usina termoelétrica totalizando dentro do período apurado o valor de R\$24.001, e o fluxo de pagamento para este contrato é de longo prazo e R\$ 4.246 referente a Águas industriais e NFX combustíveis;
- (b) Cessão do direito real de superfície de terrenos do Porto do Aço relativo aos clientes: Technip, NOV, Intermoor, Edison Chouest, Oceanpact, NFX, VIX Logística e Duro Felguera.

O contrato de financiamento com BNDES prevê a retenção em garantia de 15% dos recebíveis na controladora conforme cláusula contratual e demonstrado na Nota explicativa nº 06 item b – Caixa restrito.

O quadro abaixo demonstra a movimentação e o cálculo da perda esperada por vencimento:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(20.353)	(20.364)
(Adições) e reversões	16.488	19.341
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(3.865)	(1.023)

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(707)	(798)
(Adições) e reversões	(19.646)	(19.566)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(20.353)	(20.364)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

No ano de 2021, a Companhia procedeu com a reversão de R\$ 16.468 na controladora e R\$ 19.341 no consolidado referente a provisão de perdas estimadas - IFRS 9, decorrente essencialmente da renegociação do saldo de contas a receber com seus clientes.

Aging do contas a receber:

	Controladora				Consolidado			
	2021		2020		2021		2020	
	Contas a Receber	Perda Estimada	Contas a Receber	Perda Estimada	Contas a Receber	Perda Estimada	Contas a Receber	Perda Estimada
A Vencer	148.950	(878)	113.966	(907)	149.900	(873)	113.895	(918)
Vencidos:								
Até 1 mês	4.125	(211)	1.077	(35)	3.076	(12)	1.077	(35)
Até 3 meses	2.897	(287)	333	(249)	2.590	(27)	333	(249)
De 3 a 6 meses	2.426	(599)	4.210	(1.996)	2.006	(82)	4.210	(1.996)
De 6 a 12 meses	1.117	(1.059)	12.152	(12.152)	129	(29)	12.152	(12.152)
Acima de 12 meses	831	(831)	5.014	(5.014)	-	-	5.014	(5.014)
Total	160.346	(3.865)	136.752	(20.353)	157.701	(1.023)	136.681	(20.364)

A Companhia possui como critério para avaliação de crédito e cálculo da perda esperada de recebíveis a análise dos seguintes itens:

- Demonstrações financeiras;
- Rating do Serasa.

A maior parte dos recebíveis que a Companhia possui em 31 de dezembro de 2021 é decorrente de sua atividade de cessão do direito real de superfície. A Companhia efetuou avaliação sobre os riscos de crédito e perda esperada dos recebíveis e não identificou perdas adicionais além dos montantes já contabilizados nessas demonstrações financeiras. Adicionalmente, a Companhia continua avaliando os futuros impactos em seus recebíveis em decorrência da situação financeira e econômica do país e de seus clientes.

9 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Imposto sobre serviços ("ISS")	612	684	612	684
Imposto sobre circulação mercadorias ("ICMS")	1.617	1.782	1.617	1.782
Imposto de renda retido na fonte ("IRRF")	543	3.444	556	4.061
Programa de integração social ("PIS")	8.418	1.401	8.418	1.401
Contribuição p/ o financiamento da seguridade social ("COFINS") (a)	36.509	3.245	36.509	3.245
Imposto de renda e contribuição social ("IRPJ/CSLL")	862	-	2.514	260
Outros	-	102	12	114
	48.561	10.658	50.238	11.547
Circulante	25.508	6.019	27.185	6.908
Não circulante	23.053	4.639	23.053	4.639

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (a) Em 2021, com base no Parecer COSIT 5 de 2018 da Receita Federal do Brasil, a Porto do Aço revisou as bases fiscais de Pis e Cofins e apurou o montante de R\$65.095 em créditos fiscais, dos quais R\$23.038 já foram compensados ao longo do ano, restando um saldo a compensar de R\$42.057. A principal modificação trazida por este normativo foi o conceito de insumo, uma vez que a avaliação da essencialidade e relevância do bem ou serviço passaram a ser consideradas premissas relevantes para a apropriação dos créditos. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia reconheceu um saldo credor de créditos extemporâneos sobre ativo imobilizado (nota explicativa nº 17) no valor de R\$7.906 de Pis e R\$34.151 de Cofins, contabilizados em curto e longo prazo.

10 Impostos diferidos

A Companhia e suas controladas registram o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos à alíquota de 34% a.a. A legislação fiscal brasileira permite que prejuízos fiscais sejam compensados com lucros tributáveis futuros por prazo indefinido; no entanto, esta compensação é limitada a 30% do lucro tributável de cada exercício de apuração.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado e atualizado periodicamente, enquanto as projeções são atualizadas anualmente, a não ser que ocorram fatos relevantes que possam modificá-las.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Imposto diferido ativo				
Prejuízos fiscais	908.058	722.359	908.799	722.919
Base negativa de contribuição social	326.900	260.049	327.160	260.251
Ajuste Lei nº 11.638/07 - RTT (a)	21.745	29.155	21.764	29.180
Provisão para PPR	3.583	3.802	3.619	3.823
Provisão para perdas estimadas	1.317	6.931	1.325	6.935
Provisão para perda dos recebíveis com OSX	15.492	15.492	15.492	15.492
Provisão contingências trabalhista	509	240	509	240
Provisão contingências cíveis	51	675	51	675
Provisão outras taxas	2.666	2.666	2.666	2.666
Provisão para perda em investimentos	7.854	7.854	14.970	14.970
Provisão para perda de ativos	26.247	30.833	26.247	30.833
Crédito PIS e COFINS - Disponibilidade econômica	17.335	-	17.335	-
Outros	4	4	4	4
Total de créditos fiscais diferidos ativos	1.331.761	1.080.060	1.339.921	1.087.988
Provisão para realização				
IR diferido não reconhecido - <i>Valuation allowance</i> (b)	(1.307.064)	(1.037.648)	(1.315.180)	(1.045.551)
Total de impostos diferidos ativos	24.697	42.412	24.741	42.437
Diferença temporária - juros capitalizados	(24.697)	(30.621)	(24.697)	(30.621)
Total de impostos diferidos	-	11.791	44	11.816

(a) Refere-se à constituição do imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre diferença de tratamento contábil-fiscal sobre o ativo diferido originado a partir de 1º de janeiro de 2009. Enquanto para fins contábeis as despesas consideradas pré-operacionais são reconhecidas no resultado, para fins fiscais são tratadas como se ativo diferido fossem.

(b) Trata-se de IR diferido não reconhecido, além da controladora, proveniente das controladas G3X, GSA e SNF em função da ausência de expectativa concreta de resultados tributáveis futuros.

Adicionalmente, a partir de 1º de janeiro de 2017, a controladora Porto do Aço passou a constituir provisão para não realização do crédito fiscal diferido. Em 31 de dezembro de 2020 a controladora constituiu provisão no valor de R\$1.037.648 e para o ano findo em 31 de dezembro de 2021 o valor acumulado totalizou R\$1.307.064.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

11 Depósitos restituíveis

	2020	(Recebimentos)	Reversão da Provisão p/ perda (*)	Atualização monetária	2021
Porto do Aço	55.239	(9.291)	10.015	2.781	58.744
	55.239	(9.291)	10.015	2.781	58.744

(*) Reversão de provisão de perda diante do êxito de nova estratégia jurídica.

Entre os anos de 2011 e 2015, a Porto do Aço passou a adquirir dos proprietários e/ou possuidores de imóveis desapropriados pela Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (“CODIN”) os direitos sobre as áreas por eles ocupadas. O objetivo era auxiliar aqueles que concordavam com os valores de avaliação da CODIN a receber suas indenizações, tendo em vista a precariedade da documentação que possuíam.

As aquisições tiveram como consequência a aceleração da desocupação de áreas destinadas ao desenvolvimento de projetos no Distrito Industrial de São João da Barra, inclusive aquelas que são objeto das Promessas de Compra e Venda celebradas pela Companhia e suas controladas com a CODIN.

Durante o ano de 2021, a Porto do Aço recuperou o montante de R\$9.291 (R\$ 6.838 em 31 de dezembro 2020) que estava depositado em juízo, devido a autorizações judiciais obtidas em processos envolvendo os mencionados terrenos adquiridos pela Companhia. O levantamento pela Companhia dos valores das ações de desapropriação de áreas por ela adquiridas é autorizado pelo Poder Judiciário, em regra, quando da regularização do título de propriedade e da comprovação da quitação de dívidas fiscais com relação a cada imóvel, na forma da lei, consolidando uma melhora significativa de prognóstico de recuperabilidade que, por sua vez, justifica a reversão da provisão de perda de R\$ 10.015 em 31 de dezembro de 2021.

12 Depósitos judiciais

O quadro abaixo demonstra a posição dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Secretaria Patrimônio da União (a)	10.139	9.877	10.139	9.877
Outros	263	193	808	193
	10.402	10.070	10.947	10.070

(a) Depósito referente ação judicial em face da União Federal com o objetivo de discutir o correto valor da remuneração pelo uso do espaço físico em águas públicas, nos termos do “Contrato de Cessão de Espaço Físico em Águas Públicas,” celebrado em 6 de outubro de 2010 (“Contrato”). Em 31 de dezembro de 2021, o valor corrigido dos depósitos

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

judiciais totaliza, segundo cálculos feitos internamente, o montante consolidado estimado de R\$ 10.139 (R\$ 9.877 em 31 de dezembro de 2020).

13 Debêntures

a. Debêntures OSX

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Debêntures	659.393	659.393	659.393	659.393
DIP	10.961	10.961	10.961	10.961
Total	670.354	670.354	670.354	670.354
(-) Redução do valor recuperável de ativos ("impairment")	(10.961)	(10.961)	(10.961)	(10.961)
Total	659.393	659.393	659.393	659.393

Nos termos do plano de recuperação judicial da OSX Construção Naval S.A. ("OSX"), aprovado pela Assembleia Geral de credores em 17 de dezembro de 2014 e homologado pelo juiz da recuperação em 08 de janeiro de 2015, a Porto do Aço subscreveu e integralizou, com seus créditos em face da OSX, em 29 de janeiro de 2016, debêntures emitidas pela OSX no valor total de R\$723.716 nas seguintes condições:

- Data de vencimento: 20 anos
- Pagamento do Principal e juros: em uma única parcela, na data do vencimento
- Cálculo dos juros remuneratórios a.a: 100% do CDI

Adicionalmente, nos termos do referido plano de recuperação judicial, a Porto do Aço concedeu para a OSX o valor de R\$10.961 na forma de empréstimo ("DIP"), em 29 de janeiro de 2016. Este valor também foi utilizado para subscrição e integralização de debêntures emitidas pela OSX.

O montante total de debêntures conforme o plano de recuperação judicial é de R\$734.677, sendo composto por: (i) R\$646.886 relativos aos custos relacionados à construção do canal do terminal T2; (ii) R\$10.961 relativos ao empréstimo DIP; (iii) R\$12.507 relativos à linha de transmissão; (iv) R\$34.580 referentes à cessão do direito real de superfície, cujo saldo até julho de 2014 foi provisionado para perda; e (v) R\$29.743, devidos a partir de agosto de 2014, não contabilizados por não atender os critérios de reconhecimento de receita, no que tange à improbabilidade de benefícios econômicos associados a essa transação.

Caso, eventualmente, a OSX não honre o acordo, o montante de R\$646.886 de custos de construção do canal será agregado ao custo de construção do Terminal T2 e os R\$12.507 da linha de transmissão serão agregados a propriedades para investimento e deverão ser futuramente recuperados por meio das respectivas operações. Conforme

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

divulgado na Nota explicativa nº 17 - Imobilizado, estes valores foram incorporados ao teste de recuperabilidade da UGC *Industrial Hub/T-Mult*.

Ainda em face das incertezas no recebimento do valor total do crédito e de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, a Administração entende que não é adequado o reconhecimento contábil dos juros remuneratórios das debêntures, no montante aproximado de R\$444.376 até 31 de dezembro de 2021 (R\$396.521 em 31 de dezembro de 2020), bem como constituiu provisão para perda ao valor recuperável no montante de R\$10.961 relativos ao empréstimo DIP.

Em 24 de novembro de 2020, foi proferida sentença que decretou o encerramento da recuperação judicial da OSX, tendo sido declarado que “o plano de recuperação judicial foi cumprido quanto às obrigações vencidas no prazo de 2 (dois) anos, após a sua concessão, nos termos do art. 61 da Lei nº 11.101/05” e que “os credores (...) continuarão com direito reconhecido ao crédito e, caso não exista pagamento voluntário, poderão cobrá-lo individualmente e, inclusive, se utilizar do pedido falencial”. Tal decisão judicial não é definitiva, por ser ainda passível de recurso.

Por mais que tenha havido a declaração de cumprimento das obrigações vencidas no prazo de 2 anos após a concessão da recuperação judicial, a OSX possui obrigações de médio e longo prazo cuja inadimplência poderá impactar a classificação contábil do crédito devido pela Porto do Aço em face da OSX nas demonstrações financeiras da Companhia. Contudo, com base nos fundamentos expostos pela sentença – amparados pelas conclusões do administrador judicial - a Companhia concluiu que, neste momento, não existe modificação relevante quanto ao crédito devido contra a OSX a ser reportado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

14 Créditos e obrigações com terceiros

a. Créditos com terceiros

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Créditos com OSX	83.218	83.218	83.218	83.218
(-) Provisão para perda estimada	(3.203)	(3.203)	(3.203)	(3.203)
Créditos com OSX (*)	80.015	80.015	80.015	80.015
Outros	16	411	16	411
	80.031	80.426	80.031	80.426

(*) Este montante é composto por: (i) R\$64.668 referente a custos relacionados à construção do canal do terminal T2; (ii) R\$10.000 adiantamento de aluguel da área utilizada pela Dome pago à OSX; (iii) R\$8.550 retenção contratual de fornecedores faturados contra OSX e liquidados pela Porto do Aço; e (iv) R\$(3.203) de provisão para perdas referente a despesas de compartilhamento de custos de sustentabilidade.

Após o acordo judicial mencionado na nota anterior, a Porto do Aço ainda pagou diretamente aos fornecedores os custos relacionados à construção do canal do T2. Dessa

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

forma, no caso de a OSX não honrar essa dívida apenas o valor de R\$64.668 será agregado ao custo de construção do T2 e deverá ser futuramente recuperado por meio das respectivas operações portuárias. Conforme divulgado na Nota explicativa 17 - Imobilizado, os créditos com a OSX foram incorporados ao teste de recuperabilidade da UGC *Industrial Hub/T-Mult.*

b. Obrigações com terceiros

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tem obrigações com a OSX no montante de R\$19.880 e R\$ 143 referente a outros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

15 Investimentos

a) Composição dos investimentos:

Investidas	%	Quantidade ações/quotas (mil)	2021		2020		2021		2020	
			Patrimônio líquido	Patrimônio líquido	Patrimônio líquido	Patrimônio líquido	Total Investimentos	Total Investimentos		
GSA	99,99%	33.721	32.371	32.145	32.369	32.142				
Reserva Ambiental Caruara	99,17%	21.002	20.278	17.698	20.114	17.528				
G3X	99,99%	38.746	81	99	-	-				
Águas Industriais	100,00%	9.641	11.170	9.870	11.169	9.870				
SNF	99,99%	44.393	42.746	42.793	42.747	42.793				
Outros - Pedreira	2,75%	-	-	-	2	4				
		147.503	106.646	102.605	106.402	102.337				

b) Informações Financeiras Resumidas:

Investidas	%	Quantidade ações/quotas (mil)	2021								
			Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Capital social	Reserva legal	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Dividendos adicionais propostos	Ganho/perda na variação percentual	Prejuízo acumulado
GSA	99,99%	33.721	32.739	368	32.371	33.721	95	-	-	-	(1.444)
Reserva Ambiental Caruara	99,17%	21.002	22.048	1.770	20.278	21.002	22	371	221	-	(1.338)
G3X	99,99%	38.746	81	0	81	38.746	-	-	-	127	(38.791)
Águas Industriais	100,00%	9.641	36.966	25.796	11.170	9.641	1.433	96	-	-	-
SNF	99,99%	44.393	42.950	204	42.746	44.393	-	125	-	-	(1.772)
		134.784	28.138	106.646	147.503	1.550	592	221	127	(43.345)	

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2020											
Investidas	%	Quantidade ações/quotas (mil)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Capital social	Reserva legal	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	dividendos adicionais propostos	Ganho/perda na variação percentual	Prejuízo acumulado
GSA	99,99%	32.823	32.145	-	32.145	32.823	95	250	-	-	(1.023)
Reserva Ambiental Caruara	99,05%	17.302	18.222	525	17.698	17.302	246	-	150	-	-
G3X	99,99%	38.718	99	-	99	38.718	-	-	-	127	(38.746)
Águas Industriais	100,00%	9.641	31.328	21.458	9.870	9.641	274	-	-	-	(45)
SNF	99,99%	44.297	43.018	225	42.793	44.297	-	86	-	-	(1.590)
			124.812	22.208	102.605	142.781	615	336	150	127	(41.404)

c) Movimentação dos investimentos – Participação em controladas:

	GSA	G3X	Reserva Ambiental	Águas Industriais	SNF	Outros	Total
Saldo em 31/12/2020	32.142	-	17.529	9.870	42.792	4	102.337
Equivalência patrimonial	(422)	(46)	(1.326)	1.564	(181)	(1)	(412)
AFACs a integralizar	648	-	4.071	96	211	-	5.026
Outros	-	46	(160)	(361)	(75)	-	(550)
Saldo em 31/12/2021	32.368	-	20.114	11.169	42.747	3	106.401

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

16 Propriedades para investimento

	Consolidado				
	2020	Adição	Baixa	Impairment (a)	2021
Porto do Açu (a)	447.067	3.237	(16.781)	13.616	447.139
GSA	31.695	-	-	-	31.695
Reserva Ambiental Caruara	5.244	-	(24)	-	5.220
SNF	42.925	-	(27)	-	42.898
	526.931	3.237	(16.832)	13.616	526.952

	Consolidado			2020
	2019	Adição	Transferência	
Porto do Açu (a)	441.029	868	5.170	447.067
GSA	31.695	-	-	31.695
Reserva Ambiental Caruara	5.244	-	-	5.244
SNF	42.925	-	-	42.925
	520.893	868	5.170	526.931

(a) Em 2021 a Companhia vendeu ativos cujos valores contábeis de R\$ 13.616 (detalhe na nota explicativa nº 17 imobilizado – teste de impairment) já haviam sido provisionados como *impairment*. A Companhia reverteu a provisão e reconheceu em resultado o efeito do valor contábil dos ativos vendidos.

Propriedades para investimento incluem terrenos cuja posse é transferida onerosamente para terceiros. O instrumento jurídico usualmente utilizado nessa transferência é o contrato de cessão de uso, posse e futura concessão onerosa do direito real de superfície. Estes contratos contemplam períodos de 5 a 40 anos, renováveis ou não, sendo que todos possuem o valor anual indexado pela inflação.

Os gastos incorridos na Porto do Açu, na GSA e na SNF são aqueles destinados ao desenvolvimento e disponibilização das propriedades a empreendedores com o objetivo de se instalarem nas áreas disponíveis do Complexo Industrial do Porto do Açu. As adições demonstradas no quadro referem-se, principalmente, a benfeitorias nestes terrenos destinados a cessão de uso, e outros gastos relacionados ao processo de desapropriação e aquisição das terras. A Reserva Ambiental Caruara desenvolve projetos de recomposição florestal para outras empresas que precisam compensar toda vegetação suprimida pelo processo de implantação, cumprindo assim condicionantes de licenças socioambientais.

As propriedades para investimento são registradas pelo método do custo, porém em atendimento à norma contábil CPC 28 - *Propriedades para investimento*, a entidade deve determinar o valor justo para fins de divulgação. Este cálculo é efetuado através da metodologia de fluxo de caixa descontado, devido à singularidade do negócio e

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

consequente dificuldade de comparação com dados de mercado. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia calculou o valor justo dos terrenos arrendados em R\$1.883.030 equivalente a 1.916 mil m² da área total (R\$1.522.916 em 31 de dezembro de 2020). Para os não arrendados equivalente a 505 mil m² da área total a Companhia calculou o valor justo em R\$3.436.664 (R\$2.632.182 em 31 de dezembro de 2020).

17 Imobilizado

A composição do imobilizado por empresa em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Porto do Açu	2.789.300	2.917.018	2.788.464	2.916.183
Reserva Ambiental Caruara	-	-	13.842	9.407
Pedreira Sapucaia	-	-	462	462
Águas Industriais	-	-	7.856	3.078
	2.789.300	2.917.018	2.810.624	2.929.130

	Controladora								
	Instalações portuárias	Terrenos	Edificações, benfeitorias e instalações	Máquinas e equipamentos	Obras em andamento	Adiantamentos	Outros	Crédito PIS/COFINS	Total
Taxa estimada de depreciação (a.a)	3,06%	-	5,20%	10,81%			3,70%	3,06%	
Saldo em 2020	2.572.597	77.553	201.844	46.977	16.769	405	873	-	2.917.018
Adição	68	-	495	6.177	46.971	725	468	-	54.904
Transferência	47.282	-	6.411	-	(53.693)	-	-	-	-
Baixa	-	-	-	(375)	-	-	(177)	-	(552)
Depreciação	(110.046)	-	(12.754)	(8.078)	-	-	(206)	-	(131.084)
Crédito PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-	-	(50.986)	(50.986)
Saldo em 2021	2.509.901	77.553	195.996	44.701	10.047	1.130	958	(50.986)	2.789.300
Custo	3.124.921	77.553	272.948	90.821	10.047	1.130	3.188	(50.986)	3.580.608
Depreciação acumulada	(615.020)	-	(76.952)	(46.120)	-	-	(2.230)	-	(740.322)
Saldo em 2021	2.509.901	77.553	195.996	44.701	10.047	1.130	958	(50.986)	2.789.300

	Controladora							
	Instalações portuárias	Terrenos	Edificações, benfeitorias e instalações	Máquinas e equipamentos	Obras em andamento	Adiantamentos	Outros	Total
Taxa estimada de depreciação (a.a)	3,06%	-	5,20%	10,81%			3,70%	
Saldo em 2019	2.636.487	68.973	211.232	43.934	56.122	5.189	1.069	3.023.006
Adição	-	-	2.646	10.982	6.446	405	12	20.491
Transferência	38.330	8.580	476	-	(38.806)	(5.170)	-	3.410
Baixa	-	-	-	(142)	(6.993)	(19)	-	(7.154)
Depreciação	(102.220)	-	(12.510)	(7.797)	-	-	(208)	(122.735)
Saldo em 2020	2.572.597	77.553	201.844	46.977	16.769	405	873	2.917.018
Custo	3.077.570	77.553	266.042	85.019	16.769	405	2.897	3.526.255
Depreciação acumulada	(504.973)	-	(64.198)	(38.042)	-	-	(2.024)	(609.237)
Saldo em 2020	2.572.597	77.553	201.844	46.977	16.769	405	873	2.917.018



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado							Crédito PIS/COFI NS	Total
	Instalações portuárias	Terrenos	Edificações, benfeitorias e instalações	Máquinas e equipamentos	Obras em andamento	Adiantament os	Outros		
Taxa estimada de depreciação (a.a)	3,06%	-	5,20%	10,81%	-	-	3,70%	3,06%	
Saldo em 2020	2.571.761	87.238	201.843	47.734	19.245	405	904	-	2.929.130
Adição	68	-	494	6.248	56.292	725	469	-	64.296
Transferência	47.282	-	13.279	-	(60.561)	-	-	-	-
Baixa	-	-	-	(381)	-	-	(176)	-	(557)
Depreciação	(110.046)	-	(12.824)	(8.180)	-	-	(208)	-	(131.258)
Crédito PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-	-	(50.986)	(50.986)
Saldo em 2021	2.509.065	87.238	202.792	45.421	14.976	1.130	989	(50.986)	2.810.624
Custo	3.124.084	87.238	279.815	91.789	14.976	1.130	3.226	(50.986)	3.602.258
Depreciação acumulada	(615.019)	-	(77.023)	(46.368)	-	-	(2.237)	-	(740.647)
Saldo em 2021	2.509.065	87.238	202.792	45.421	14.976	1.130	989	(50.986)	2.810.624

	Consolidado							Total
	Instalações portuárias	Terrenos	Edificações, benfeitorias e instalações	Máquinas e equipamentos	Obras em andamento	Adiantamentos	Outros	
Taxa estimada de depreciação (a.a)	3,06%	-	5,20%	10,81%	-	-	3,70%	
Saldo em 2019	2.635.651	78.658	211.231	45.965	56.307	5.189	1.089	3.034.090
Adição	-	-	2.647	11.006	8.784	405	24	22.866
Transferência (*)	38.330	8.580	476	47	(38.853)	(5.170)	-	3.410
Baixa	-	-	-	(1.387)	(6.993)	(19)	-	(8.399)
Depreciação	(102.220)	-	(12.511)	(7.897)	-	-	(209)	(122.837)
Saldo em 2020	2.571.761	87.238	201.843	47.734	19.245	405	904	2.929.130
Custo	3.076.734	87.238	266.041	85.922	19.245	405	2.933	3.538.518
Depreciação acumulada	(504.973)	-	(64.198)	(38.188)	-	-	(2.029)	(609.388)
Saldo em 2020	2.571.761	87.238	201.843	47.734	19.245	405	904	2.929.130

Obras em andamento:

Na Porto do Açu o saldo de obras em andamento em 31 de dezembro de 2021, incluindo custos diretos e indiretos alocados aos diversos ativos em construção é composto, essencialmente, por obras de infraestrutura geral no valor de R\$10.047 (R\$16.769 em 31 de dezembro de 2020).

Na controlada Águas Industriais do Açu o saldo de obras em andamento em 31 de dezembro de 2021 é de R\$330 (R\$2.311 em 31 de dezembro de 2020) referente a gastos com projetos para o sistema de águas.

Na controlada Reserva Ambiental Caruara o saldo de obras em andamento em 31 de dezembro de 2021 é de R\$4.599 (R\$165 em 31 de dezembro de 2020) referente a gastos com obras de infraestrutura “nova sede”.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Instalações portuárias:

Em 2021, a Companhia iniciou a depreciação de ativos no montante de R\$ 60.561, essencialmente, representado pela dragagem de manutenção (canal T2), conforme demonstrado no quadro da nota explicativa.

- Teste de valor recuperável para os ativos não circulantes (“impairment”)

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, a Administração avalia trimestralmente a recuperabilidade dos seus ativos ou quando existirem indicativos de desvalorização de maneira regular e verificar potenciais perdas por incapacidade de recuperação dos valores contábeis.

A Companhia considera suas atividades portuárias, sendo elas, arrendamento de área (“land lease”), movimentação de cargas (granéis, carga de projeto, cargas cobertas) e atracação de navios como uma única UGC *Industrial Hub/T-Mult*.

Na data base da avaliação a Companhia utilizou o valor em uso por UGC tendo como base as premissas listadas abaixo que inclui fatores internos externos:

- Cenário macroeconômico do país;
- Período do fluxo de caixa de 22 anos;
- Taxa de desconto efetiva “rolling WACC” que apresenta diferenças ano a ano em função da variação dos indicadores que a compõe ao longo das projeções. Para fins referenciais a taxa de desconto utilizada na revisão do fluxo de caixa futuro em 2021 foi de 9,87% a.a. a 11,37% a.a. em termos nominais (de 8,94% a.a. a 11,83% a.a em 2020), baseada na projeção da estrutura de capital ano a ano no custo médio ponderado de capital (“Rolling WACC”); e
- Taxa de crescimento de perpetuidade de 3% a.a. (3,25% em 2020).

Para a projeção do fluxo de caixa foram utilizadas premissas de curto e longo prazo baseadas no plano de cinco anos “5Y Plan” e no planejamento de longo prazo da empresa. O 5Y Plan da companhia é um exercício financeiro realizado anualmente que contempla premissas detalhadas dos próximos 5 anos, em linha com a estratégia vigente, a nível de EBITDA e Fluxo de Caixa. Esse processo está presente dentro do ciclo orçamentário, e envolve todas as áreas responsáveis pelas projeções estratégicas e financeiras. É utilizado um sistema interno para análise dos inputs de forma bem específica e detalhada, com criação de cenários e estresse das premissas para uma maior assertividade e confiabilidade dos números.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Após os primeiros 5 anos de fluxo, é utilizado as projeções futuras de mais longo prazo (do 6º ano ao 22º ano) que tem um racional aprovado internamente, porém, com menos detalhes devido a longevidade do fluxo analisado. Esses dados coletados para o 6º ano em diante são revisados anualmente com as áreas envolvidas, e estão de acordo com o planejamento estratégico da empresa. No fim, é considerada uma taxa de perpetuidade correspondente ao IPCA para indicar a continuidade operacional da companhia.

O valor contábil dos ativos é composto por: ativo imobilizado, intangível, diferido, propriedades para investimento, direito de arrendamento, debêntures e créditos com a OSX (líquido de obrigações com terceiros).

Em 31 de dezembro de 2021, após revisão do teste de *Impairment*, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de uma nova provisão para recuperabilidade de seus ativos da UGC Industrial Hub/T-Mult.

Ao longo do exercício corrente, foram vendidos itens do ativo que estavam compondo a base de *impairment*, dessa forma a provisão constituída para esses itens foi baixada em sua integralidade.

Em 31 de dezembro de 2021, adicionalmente ao procedimento realizado na UGC *Industrial Hub/T-Mult*, a Companhia testou individualmente da base de ativos existente, e identificou a existência de itens que temporariamente não possuem expectativa de recuperabilidade. Para estes itens foi constituída provisão de recuperabilidade no valor de R\$6.258, conforme detalhamento do quadro abaixo.

Movimentação da provisão para recuperabilidade de ativos específicos:

	Consolidado			2021
	2020	Adições	Reversão	
Estoque de estacas prancha	56.363	126	-	56.489
Torres de transmissão	14.450	-	-	14.450
Equipamentos elétricos (a)	19.874	6.258	(19.874)	6.258
	90.687	6.384	(19.874)	77.197

(a) Movimentação da provisão de R\$13.616, conforme reversão e provisão para *Impairment* demonstrado na nota explicativa 16 – Propriedade para Investimento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

18 Intangíveis

	Taxa anual de amortização (%)	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Licença de uso de software	20	6.621	6.350	6.738	6.440
Implantação de sistemas		-	932	11	943
Outros		44	44	34	44
		6.665	7.326	6.783	7.427

Teste de valor recuperável para os ativos intangíveis

O montante dos bens intangíveis foi incluído nos testes de *impairment* da UGC Industrial Hub/T-Mult mencionados na Nota explicativa nº 17 – Imobilizado.

Movimentação consolidada:

	31/12/2021	Movimentação				31/12/2020
	Custo	Adições	Provisão	Baixas (*)	Transferências	Custo
<u>Custo</u>						
Licença de uso de software	7.557	1.342	(201)	(2.304)	732	7.988
Implantação de sistemas	12	74	(73)	(200)	(732)	943
Outros	44	-	-	-	-	44
	7.613	1.416	(274)	(2.504)	-	8.975
	31/12/2021	Movimentação				31/12/2020
	Custo	Adições	Provisão	Baixas	Transferências	Amortização
<u>Amortização</u>						
Licença de uso de software	(819)	(651)	-	1.370	-	(1.538)
Perda desvalorização de ativo	(10)	-	-	-	-	(10)
	(829)	(651)	-	1.370	-	(1.548)
Total Geral	6.783	765	(274)	(1.134)	-	7.427

(*) Em 31/12/2021 foi realizada a baixa do valor R\$ 2.504 de ativos intangíveis decorrente do processo de inventário realizado na Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

19 Ativo Diferido

	Controladora		
	2020	Amortização	2021
Porto do Açú	23.773	(6.070)	17.703
	23.773	(6.070)	17.703

	Controladora		
	2019	Amortização	2020
Porto do Açú	29.843	(6.070)	23.773
	29.843	(6.070)	23.773

O ativo diferido está demonstrado ao custo de formação e representa gastos pré-operacionais incorridos e resultados financeiros líquidos incorridos ou auferidos pela Porto do Açú. Em 31 de dezembro 2008, a Companhia optou por manter o saldo existente no grupo do diferido e efetuar a sua amortização, conforme determina a lei societária nº 11.638/2017 e 6.404/76 respectivamente, pelo prazo de 10 anos.

20 Direito de Uso / Passivo de Arrendamento

A norma contábil IFRS 16 – Leases para arrendadores não altera substancialmente o que já era previsto anteriormente. A contabilidade do arrendador continua a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A Companhia possui contratos de cessão de direito real de superfície nos quais, se apresenta como arrendador pelo conceito do IFRS. Todas estas operações são enquadradas como arrendamento operacional pela norma contábil, não possuindo a Companhia nenhum arrendamento financeiro. Informações sobre a receita destas operações de arrendamento se encontram na Nota explicativa nº 27 – Receita Líquida, e seu gerenciamento de risco está descrito na Nota explicativa nº 34 – Instrumentos Financeiros.

No caso dos arrendatários, a IFRS 16 - Leases introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor.

A Companhia adotou isenções permitidas na norma tais como: exclusão de aplicação da IFRS 16 para ativos subjacentes com baixo valor e contratos com prazo até 12 meses.

A movimentação em 2021 do ativo direito de uso e do passivo de arrendamento é demonstrada no quadro abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado								
	Taxa Incremental (anual) %	Saldo em 2020	Adições	Amortizações	Transferências	Pagamentos	Juros apropriados	Eliminação	Saldo em 2021
Ativos:									
Imóveis		6.843	-	(1.069)	-	-	-	-	5.774
Máquinas e equipamentos		751	58	(476)	-	-	-	-	333
Terrenos (*)		-	830	(794)	-	-	-	(36)	-
Total do Ativo		7.594	888	(2.339)	-	-	-	(36)	6.107
Passivos:									
Imóveis		(1.414)	-	-	(1.472)	1.472	-	-	(1.414)
(-) Encargos financeiros a transcorrer - Imóveis	7,73 a 10,60	572	-	-	486	-	(572)	-	486
Máquinas e equipamentos		(556)	(32)	-	(319)	517	-	-	(389)
(-) Encargos financeiros a transcorrer – Máquinas e equipamentos	6,95 a 10,07	45	4	-	4	-	(41)	-	12
Terrenos		-	(90)	-	(2.083)	-	2.083	90	-
(-) Encargos financeiros a transcorrer - Terrenos	10.12	-	79	-	1.822	-	(1.846)	(55)	-
Passivo arrendamento CP		(1.353)	(39)	-	(1.562)	1.989	(376)	35	(1.306)
Imóveis		(8.194)	-	-	1.472	-	-	-	(6.722)
(-) Encargos financeiros a transcorrer - Imóveis	7,73 a 10,60	1.877	-	-	(486)	-	-	-	1.391
Máquinas e equipamentos		(319)	(34)	-	319	-	-	-	(34)
(-) Encargos financeiros a transcorrer – Máquinas e equipamentos	6,95 a 10,07	8	2	-	(4)	-	(6)	-	-
Terrenos		-	(1.982)	-	2.083	-	-	(101)	-
(-) Encargos financeiros a transcorrer - Terrenos	10.12	-	1.163	-	(1.822)	-	-	659	-
Passivo arrendamento LP		(6.628)	(851)	-	1.562	-	(6)	558	(5.365)
Total do Passivo		(7.981)	(890)	-	-	1.989	(383)	593	(6.671)
Resultado									
Amortização – Imóveis		-	-	1.069	-	-	-	-	1.069
Amortização – Máquinas e equipamentos		-	-	476	-	-	-	-	476
Amortização – Terrenos		-	-	794	-	-	-	(794)	-
PIS / COFINS sobre amortização		-	-	(74)	-	-	-	74	-
Despesa de locação		-	-	-	-	1.889	-	-	1.990
Despesa de juros – Imóveis		-	-	-	-	-	572	-	572
Despesa de juros – Máquinas e equipamentos		-	-	-	-	-	49	-	49
Despesa de juros – Terrenos		-	-	-	-	-	1.846	(1.846)	-
PIS / COFINS sobre juros		-	-	-	-	-	(119)	119	-
Resultado arrendamento		-	-	2.265	-	1.989	2.348	(2.447)	4.156

(*) Refere-se a contrato de cessão direito real de superfície em que a Porto do Açu cede terreno para a controlada Águas Industriais por 25 anos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

21 Partes relacionadas

A Companhia adota as práticas de Governança Corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação. A Política de Governança Corporativa da Companhia determina que os membros do Conselho de Administração devam monitorar e administrar potenciais conflitos de interesses dos executivos, dos membros do Conselho e dos Sócios, de forma a evitar o uso inadequado dos ativos da Companhia e, especialmente, abusos em transações entre partes relacionadas.

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os membros do Conselho de Administração da Companhia estão proibidos de votar em qualquer Assembleia ou Reunião do Conselho ou de atuar em quaisquer operações ou negócios nos quais tenham interesses conflitantes com os da Companhia.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, relativos às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, são decorrentes de transações da Companhia com empresas controladas, membros da Administração e outras partes relacionadas, como segue:

	Contas a receber - Faturamento			
	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Cessão do direito real de superfície:				
UTE GNA I (a)	41.936	31.187	41.936	30.204
UTE GNA II (b)	24.002	-	24.002	
NFX	279	2.057	279	2.057
Águas Industriais do Açu	3.967	-	-	-
	70.184	33.244	66.217	32.261
Serviços portuários:				
UTE GNA I	1.897	724	1.897	724
NFX	3	16	3	16
	1.900	740	1.900	740
	72.084	33.984	68.117	33.001
Circulante	9.876	2.797	5.909	2.797
Não circulante	62.208	31.187	62.208	30.204

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Contas a receber - Outros			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Crédito Nota de Débito:				
Prumo Logística	-	2.074	-	2.074
Consortio Dome Serviços	4.133	4.133	4.133	4.133
Grupo GNA	200	2.268	200	2.672
Águas Industriais do Açu	1.064	430	-	-
Reserva ambiental	223	207	-	-
Açu Petróleo	133	47	133	47
Ferroport	-	3	-	-
Prumo Participações investimentos	14	-	14	-
GSA - Grussaí	368	-	-	-
Créditos Venda de ativos:				
Açu Petróleo Investimentos (c)	491.590	527.455	491.590	527.455
	497.725	536.617	496.070	536.381
Circulante	1.802	2.957	147	2.721
Não circulante	495.923	533.660	495.923	533.660

- (a) Refere-se principalmente ao reconhecimento receita do contrato de aluguel (cessão do direito real de superfície), sobre a área de 336.500,86 m², com a Empresa UTE GNA I onde estão sendo instaladas as usinas termoeletricas. A receita é reconhecida pelo método linear compreendendo o prazo total do contrato de arrendamento, conforme determina o CPC 47. O reconhecimento da receita deste referido contrato foi mensurado no valor total de R\$41.926 (R\$ 30.190 em dezembro de 20) até 31 de dezembro de 2021, compreendendo as faturas já emitidas com expectativas de recebimento em janeiro de 2023 e a parcela da linearização da receita.
- (b) Refere-se ao reconhecimento receita do contrato de aluguel (cessão do direito real de superfície), sobre a área de 392.522,27 m², com a Empresa UTE GNA II onde estão sendo instaladas as usinas termoeletricas. A receita é reconhecida pelo método linear compreendendo o prazo total do contrato de arrendamento, conforme determina o CPC 47. O reconhecimento da receita linear deste referido contrato foi mensurado no valor total de R\$24.002 até 31 de dezembro de 2021 e o fluxo de pagamento para este contrato é de longo prazo.
- (c) Refere-se à transação de venda de ativos para a empresa Açu Petróleo Investimentos, controlada da empresa Prumo. Em 25 de junho de 2021 foi amortizado R\$ 75.000 (R\$ 102.200 em 10 de agosto de 2020) da dívida. O saldo está sujeito à taxa média ponderada das projeções de IPCA, TJLP e SELIC, a partir do exercício de 2016 e seu prazo máximo para a quitação está vinculado à liquidação financeira do Contrato de Repasse de Recursos do BNDES assinado entre Porto do Açu e os Bancos Repassadores Bradesco e Santander em 10 de agosto de 2015 e reperfilado em 31 de janeiro de 2020.

	Contas a pagar			
	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Débito:				
Port of Antwerp Internacional N.V	1.525	1.521	1.525	1.521
Prumo	655	2.803	673	2.805
Águas Industriais do Açu	86	54	-	-
Total - curto prazo	2.266	4.378	2.197	4.326

O quadro abaixo demonstra o efeito no resultado, por empresa, das transações com partes relacionadas:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Receitas - efeito no resultado			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Cessão do direito real de superfície:				
NFX	10.639	24.166	10.639	24.166
UTE GNA I	11.735	9.161	11.905	9.313
UTE GNA II	24.002	-	24.002	-
Águas Industriais	2.971	1.993	-	-
	49.347	35.320	46.546	33.479
Serviços Portuários:				
UTE GNA I	1.942	2.252	1.942	2.252
Açu Petróleo	-	59	-	59
NFX	43	135	43	135
UTE GNA I	-	-	192	454
Açu Petróleo	-	-	5	-
Venda de ativos atualização monetária				
Açu Petróleo Investimentos	39.136	46.959	39.136	46.959
	41.121	49.405	41.318	49.859
	90.468	84.725	87.864	83.338

	Custos/Despesas - efeito no resultado			
	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Despesas:				
Port of Antwerp International N.V – Consultoria	(8.539)	(13.441)	(8.539)	(13.441)
Custos:				
Águas Industriais - Fornecimento de água	(1.358)	(434)	-	-
	(9.897)	(13.875)	(8.539)	(13.441)

Em 31 de dezembro de 2021 os montantes referentes à remuneração dos membros da Administração estão apresentados abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Diretores		
Salários	1.031	1.226
Pró-labore	5.605	5.093
Bônus	5.857	3.725
Benefícios e Encargos	3.439	2.483
	15.932	12.527

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

22 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Consolidado				
	2021			2020	
	Vencimento	Principal	Juros e atualização	Total	Total
Instituições					
BNDES (Repassadores) (i)	15/07/2033	1.064.202	44.290	1.108.492	1.094.004
(-) Custo de transação (i)		(69.119)	-	(69.119)	(76.760)
BNDES (Repassadores) (ii)	15/07/2033	2.368.623	180.949	2.549.572	2.501.381
(-) Custo de transação (ii)	-	(153.862)	-	(153.862)	(170.873)
Debêntures (iii)	15/07/2033	1.907.162	60.619	1.967.781	1.788.185
(-) Custo de transação (iii)	-	(21.604)	-	(21.604)	(23.992)
		5.095.402	285.858	5.381.260	5.111.945
Circulante		22.588	285.858	308.446	213.199
Não circulante		5.072.814	-	5.072.814	4.898.746

Em 31 de dezembro de 2021, o custo médio de captação para financiamentos em reais é de 15,49% a.a.

(i),(ii) e (iii) Em 15 de janeiro de 2021 a Companhia realizou pagamentos de amortização e juros previstos em contrato e de amortização extraordinária, totalizando R\$ 222.920.

(i),(ii) e (iii) Em 15 de julho de 2021 a Companhia realizou os pagamentos de amortização e juros previstos em contrato, nos montantes de R\$ 11.013 e R\$ 251.338 respectivamente, além do pagamento de R\$ 15.779 de amortização extraordinária referentes a eventos de liquidez ocorridos em junho e julho de 2021.

Avais, fianças e hipotecas concedidas em favor da Porto do Açu

A Prumo Logística S.A. é interveniente garantidora, enquanto a EIG LLX Holdings S.A R.L, a EIG Enegy XV Holdings (Flame), LLC, EIG Prumo FIP I, LLC, EIG Prumo FIP II, LLC e EIG Prumo FIP III, LLC, EIG Prumo Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia são intervenientes anuentes, para os seguintes financiamentos vigentes concedidos à Porto do Açu:

- Financiamento via repasse do BNDES concedido pelos bancos Bradesco e Santander Brasil, no montante de R\$ 3.658.064 em 31 de dezembro de 2021 (R\$3.595.243 em 31 de dezembro de 2020); e
- Financiamento via emissão de debêntures, no montante atualizado de R\$ 1.967.781 em 31 de dezembro de 2021 (R\$1.788.185 em 31 de dezembro de 2020).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Além das garantias supracitadas, o pacote de garantias conta com as seguintes garantias reais, elencadas a seguir.

Garantias prestadas

As garantias prestadas em favor dos debenturistas, compartilhadas com os bancos Bradesco e Santander (“Repassadores”), são as seguintes:

- (i) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Reserva Ambiental Caruara;
- (ii) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Prumo;
- (iii) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Porto do Açu (detidas pela Prumo);
- (iv) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Porto do Açu (detidas pela PAI Invest N.V.);
- (v) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Quotas do EIG Prumo Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia;
- (vi) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ativos;
- (vii) Contrato de Cessão Condicional em Garantia de Direitos Contratuais e Outras Avenças;
- (viii) Carta de Compromisso de Alienação Fiduciária de Imóveis;
- (ix) Contrato de Cessão Fiduciária em Garantia de Rendimentos de Ações e Quotas;
- (x) Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes da Autorização e Demais Direitos Creditórios;
- (xi) Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Imóveis em Garantia (Área do Meio);
- (xii) Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Imóveis em Garantia (Reserva Ambiental Caruara);
- (xiii) Instrumento Particular de Cessão Fiduciária e Subordinação de Mútuos e AFAC;
- (xiv) Commitment for Additional Funding (Compromisso para Financiamento Adicional);
- (xv) Contrato de Administração de Contas.

Além do pacote de garantias acima mencionado, os debenturistas e os Repassadores possuem a garantia fidejussória da controladora Prumo. O interveniente garantidor desta emissão obriga-se solidariamente com a Porto do Açu, perante os debenturistas e Repassadores, como fiador e principal pagador de todas as obrigações contraídas pela Porto do Açu, conforme os termos da escritura de emissão, enquanto vigorar este instrumento. As garantias prestadas pelos fiadores serão automaticamente extintas quando cumpridas determinadas condições previstas nas escrituras de financiamento.

A totalidade dos ativos e direitos acima elencados garantem 100% do Contrato de Repasse e da Escritura de Emissão de Debêntures.

Os bancos repassadores e debenturistas nomearam o Oliveira Trust Servicer S.A. para atuar como agente de garantia dos contratos de financiamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Importante ressaltar que para desenvolvimento dos projetos GNA I e GNA II, a Porto do Açu celebrou: (a) o Instrumento Particular de Futura Concessão de Direito Real de Superfície e Uso de Infraestrutura Geral, em 2 de maio de 2018, com a GNA Infra, a UTE GNA I, UTE GNA II e a GNA; (b) o Contrato de Cessão de Uso Onerosa, em 2 de maio de 2018, com a UTE GNA I e a GNA, com relação ao direito de uso do molhe norte; e (c) o Contrato de Infraestrutura Acessória, em 3 de julho de 2019, com a UTE GNA I, a GNA e a GNA Infra, com relação aos direitos para construção e uso de Infraestrutura Acessória e a Área de Infraestrutura Acessória.

Além disso, a Porto do Açu detém a propriedade de uma linha de transmissão de 345kV, de aproximadamente 50 km (cinquenta quilômetros) que conecta o Porto do Açu à rede elétrica nacional, através da subestação Furnas. A Linha de Transmissão é a conexão física que a usina termelétrica da UTE GNA I precisará para despachar sua produção.

Neste sentido, os Repassadores e os Debenturistas aprovaram a desconstituição da alienação fiduciária existente sobre os ativos que compõem a Linha de Transmissão e aprovaram a constituição de uma alienação fiduciária pela Porto do Açu sobre os ativos que compõem a Linha de Transmissão em favor dos credores do Financiamento UTE GNA I, e, ainda, a futura doação direta da Linha de Transmissão à Furnas, na qualidade de operador local em cumprimento de norma regulatória.

Cláusulas restritivas (covenants)

Os *covenants* financeiros da Porto do Açu serão medidos pelas demonstrações financeiras e índices financeiros dos saldos consolidados da controladora Prumo Logística, aplicáveis nos exercícios findos, conforme tabela abaixo. Os *covenants* não financeiros seguem as disposições regulares do Contrato de Repasse e da Escritura de Emissão de Debêntures.

	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
Dívida Líquida / EBITDA	6,5x	6,0x	5,5x	5,0x	4,5x	4,0x	3,5x	3,5x	3,5x
EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas	1,3x	1,3x	1,5x	1,5x	2,0x	2,0x	2,0x	2,0x	2,0x
ICSD	1,2x								

Esses Covenants financeiros da controladora Prumo serão calculados por meio de uma consolidação proforma das demonstrações financeiras auditadas das sociedades em que a Prumo detenha participação acionária direta ou indireta, ponderados pela participação acionária total (direta e indireta) detida pela Prumo em cada uma destas sociedades.

Sendo:

“Dívida Líquida”: Somatório de todos os empréstimos, financiamentos e debêntures e outras dívidas na data final do período de apuração; menos o somatório do caixa e equivalentes de caixa, disponibilidades, títulos e valores mobiliários, aplicações financeiras, caixa restrito e depósitos bancários vinculados na data final do período de apuração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

“EBITDA”: Resultado operacional antes de resultado financeiro, impostos e contribuições a recolher, depreciação/amortização e equivalência patrimonial.

“Despesas Financeiras Líquidas”: Despesas financeiras totais menos receitas financeiras totais.

“ICSD”: Caixa Disponível para o Serviço da Dívida / Serviço da Dívida.

“Caixa Disponível para o Serviço da Dívida”: EBITDA acrescido dos recursos recebidos pela controladora Prumo por meio de suas subsidiárias menos o imposto de renda e os investimentos em imobilizado.

“Serviço da Dívida”: Somatório do pagamento de juros e amortizações de empréstimos, financiamentos e debêntures e outras dívidas financeiras; e

Eventos de vencimento antecipado automático e não automático

Os contratos possuem cláusulas de eventos de vencimento antecipado automático e não automático. Essa medida é tomada também no caso de haver alteração do controle acionário, direto ou indireto, no tomador no projeto, até a quitação de todas as obrigações do respectivo empréstimo e debêntures, sem prévia e expressa anuência, e também caso ocorra cessão, transferência ou alteração do controle do Porto do Aço ou do Interveniante Garantidor pessoa jurídica, sem prévio consentimento dos credores, exceto se, após tais eventos, o controlador permanecer direta ou indiretamente na situação de Emissor e Interveniante Garantidor do Porto do Aço.

(i) Obrigações adicionais da Prumo Logística (Interveniante Garantidora) e da Porto do Aço (Emissora)

Além dos compromissos comuns aplicados aos acordos desta natureza, o pagamento de mútuos aos acionistas realizado pelo Emissor deverá respeitar os termos previstos no Instrumento Particular de Cessão Fiduciária e Subordinação de Mútuos e AFAC. Quanto às suas subsidiárias, o Emissor somente estará autorizado a celebrar contratos de mútuos dentro do limite de R\$4.000 (quatro milhões de reais) anuais.

O Interveniante Garantidor fica limitado a conceder mútuos a quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, exceto às sociedades controladas e à Ferroport; deverá notificar o agente fiduciário sobre alterações nas condições (financeiras ou não) em seus negócios que possam impossibilitar, de forma relevante, o cumprimento de suas obrigações decorrentes da Escritura de Debêntures e/ou dos contratos relativos às contas vinculadas; e dentre as obrigações adicionais relevantes, não constituir, sem o prévio consentimento dos debenturistas, garantias reais ou fidejussórias em operações com outros credores, ressalvadas as garantias prestadas nas operações de financiamento de longo prazo já contempladas no plano de negócios.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	Controladora / Consolidado						
	Fluxo de Caixa			Efeito não Caixa			
	2020	Captação / (Liquidação)	Juros Pagos(*)	Adição de Custos de Transação	Juros, Atualização monetária	Amortização Custo de Transação	2021
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	5.111.945	(32.981)	(468.208)	-	743.464	27.039	5.381.259
	5.111.945	(32.981)	(468.208)	-	743.464	27.039	5.381.259

(*) Os juros pagos estão sendo classificados nas atividades de financiamentos nas demonstrações dos fluxos de caixa.

23 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
ISS	374	580	390	589
PIS/COFINS	-	114	3	140
ICMS	19	15	56	15
IRRF	988	922	996	933
PIS/COFINS/CSLL – Retenção	189	221	195	225
Imposto de renda e contribuição social (“IRPJ e CSL”)	-	-	1.093	232
INSS retido de terceiros	199	236	228	268
	1.769	2.088	2.961	2.402
Circulante	1.769	1.974	2.961	2.288
Não circulante		114		114

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e das despesas de imposto de renda e contribuição social registradas no resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Prejuízo líquido antes do imposto de renda e contribuição social	(762.258)	(516.116)	(751.651)	(509.188)
Ajustes de Consolidação	-	-	(8.204)	(6.387)
Prejuízo líquido ajustado	(762.258)	(516.116)	(759.855)	(515.575)
Imposto de renda e contribuição social alíquota nominal (34%)	259.168	175.479	258.351	175.296
Ajustes para derivar a alíquota efetiva				
Diferenças Permanentes	(1.545)	(3.580)	(1.596)	(3.606)
Créditos fiscais não reconhecidos - Diferenças Temporárias	(5.074)	(2.737)	(5.084)	(2.707)
Créditos fiscais não reconhecidos - Prej. Fiscal e Base Negativa CSLL	(264.341)	(198.046)	(264.546)	(197.893)
IR/CSLL (Lucro Presumido e Adicional 10%)	-	-	(43)	(284)
Total do imposto de renda e contribuição social do exercício	(11.792)	(28.885)	(12.918)	(29.194)
Alíquota efetiva	1,55%	5,60%	1,70 %	5,66 %
IR e CSL Corrente	-	-	(1.145)	(284)
IR e CSL Diferido	(11.792)	(28.885)	(11.773)	(28.910)
Total do imposto de renda e contribuição social do exercício	(11.792)	(28.885)	(12.918)	(29.194)

Conforme mencionado na Nota explicativa nº 10 – Impostos diferidos, até o período findo de 31 de dezembro de 2021, a Porto do Aço realizou provisão para não realização de créditos fiscais diferidos no montante de R\$1.331.760, referentes ao ativo fiscal diferido apurado até o determinado período. Para demais períodos, a Administração irá revisar a recuperabilidade dos ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos e, se for o caso, reverter a provisão ou reduzi-la na medida em que a sua realização for provável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Conforme mencionado na Nota explicativa nº 10 - Impostos diferidos, com o advento da Lei nº. 12.973, foi revogado o regime tributário de transição (RTT), tornando obrigatório, a partir do ano calendário de 2015, a adoção do novo regime tributário, devendo os saldos constituídos até 31 de dezembro de 2014, serem amortizados pelo prazo de 10 anos. Adicionalmente, a referida Lei alterou o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido, sendo que, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, tal alteração não produziu efeitos significativos sobre as demonstrações financeiras.

24 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Serviço de Dragagem	-	12.700	-	12.700
Desapropriação de Terrenos	3.939	3.455	3.939	3.600
Serviços de Implantação e Infra	9.911	3.782	10.487	8.500
Serviços Operacionais	7.842	6.580	7.842	5.800
Serviços Adm. e TI	3.070	3.785	3.070	5.419
Outros	4.923	8.7774	6.025	4.709
	29.685	39.076	31.363	40.728
Circulante	27.672	23.170	29.350	24.597
Não circulante	2.013	15.906	2.013	16.131

A redução no contas a pagar do grupo de fornecedores é decorrente, essencialmente, da finalização do projeto de Dragagem.

25 Provisão para contingências

a. Perdas prováveis, provisionadas em nosso balanço

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas são alvo de processos cujas expectativas de perda são classificadas como prováveis na opinião de seus consultores jurídicos e para os quais foram efetuados os devidos provisionamentos conforme tabela demonstrada a seguir:

	Controladora / Consolidado			
	2020	Adições	(Reversão)	2021
Trabalhistas (a)	705	1.983	(1.191)	1.497
Cível (b)	5.803	25.904	(7.262)	24.445
	6.508	27.887	(8.453)	25.942

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(a) Ações Trabalhistas: R\$ 1.497 diversas reclamações trabalhistas.

(b) Ações Cíveis: R\$ 13.377 referente ação judicial proposta pela Mecanorte visando o ressarcimento por supostos prejuízos decorrentes de dois contratos firmados com a Companhia, um de fornecimento de material pétreo e outro de empreitada. R\$ 11.068 refere-se à provisão de pagamento complementar de terrenos dos contratos celebrados com a CODIN, tendo como destaque a ação de desapropriação nº 0004724-34.2010.8.19.0053 que concentra o valor de R\$ 10.775.

b. Perdas possíveis, não provisionadas em nosso balanço

A Companhia e suas controladas possuem ações de naturezas fiscais, cíveis e trabalhistas, envolvendo riscos de perda classificados como possíveis pela Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fiscais	89.381	98.648	89.394	98.648
Trabalhistas	10.673	6.829	10.673	6.829
Cíveis	40.818	47.794	40.818	47.794
	140.872	153.271	140.885	153.271

Em 31 de dezembro de 2021, os principais processos de perdas possíveis para a Companhia são os que seguem:

Processos fiscais: No cenário tributário os processos mais relevantes, no polo passivo, estão em discussão administrativa, perante os órgãos competentes: (i) Auto de Infração aplicado pela Receita Federal do Brasil, objetivando a redução de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL no valor de R\$ 59.515 e acréscimo na base de cálculo das contribuições de PIS e da COFINS, ocasionando uma cobrança adicional dessas contribuições no valor de R\$ 9.840; (ii) cobranças adicionais de Imposto Territorial Rural (“ITR”) na área da Fazenda Caruara, no valor de R\$ 13.407 (R\$ 10.533 em 31 de dezembro de 2020) e (iii) outros processos nos quais se questiona a cobrança de ISS, IOF e débitos compensados por DCOMPS, totalizando um montante aproximado de R\$ 6.632 (R\$6.193 em 31 de dezembro de 2020).

Processos trabalhistas: as reclamações trabalhistas representam, em sua maioria, reclamações individuais ajuizadas por ex-empregados de empresas contratadas da Companhia, nas quais se questiona a responsabilidade subsidiária da Companhia em assuntos relacionados a adicional de horas extras, horas “intineres”, pagamento de FGTS, dentre outros direitos trabalhistas, com um montante aproximado de R\$ 10.673 (R\$ 6.829 em 31 de dezembro de 2020).

Processos cíveis: são demandas judiciais que se referem a diversas ações de indenizatórias, especialmente relacionadas aos contratos celebrados pela Companhia com empresas construtoras, prestadoras de serviços, entre outras, as ações judiciais com

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

sentença prolatada somam um montante total de aproximadamente R\$11.946 (R\$ 1.975 em 31 de dezembro de 2020).

Processos de desapropriação: no ano de 2010, a Companhia celebrou com a CODIN Promessas de Compra e Venda de lotes do Distrito Industrial de São João da Barra, na qual se obrigou a arcar com os custos das desapropriações, inclusive aqueles relacionados aos processos atualmente em trâmite perante o Poder Judiciário.

Nos referidos processos de desapropriação são discutidos exclusivamente os valores indenizatórios devidos, que podem ser majorados em relação àqueles inicialmente ofertados pela CODIN. Nesse sentido, a mera existência dessas ações já indica prognóstico de perda possível.

Os valores depositados inicialmente pela CODIN, despendidos pela Companhia quando do ajuizamento dos processos de desapropriação, na forma da Promessa de Compra e Venda, já asseguram sua proteção financeira. Entretanto, os consultores jurídicos e a Administração da Companhia entendem que, mesmo mantido o prognóstico de perda possível, é necessário apontar os valores correspondentes à diferença entre os mencionados depósitos iniciais e os valores definidos pelo Poder Judiciário com sentença prolatada.

Em 31 de dezembro de 2021, a diferença entre os depósitos iniciais das ações de desapropriação e os valores definidos pelo Poder Judiciário com sentença prolatada totaliza R\$28.872 (R\$ 17.568 em 31 de dezembro de 2020).

Processos ambientais: são ações civis públicas ou ações individuais ajuizadas contra a Companhia que questionam supostos vícios nos processos de licenciamento e obtenção de licenças ambientais, bem como supostos danos ambientais na construção do empreendimento Porto do Açu. A Companhia e os consultores jurídicos consideram como inestimável o valor envolvido nesses processos.

26 Patrimônio líquido

a. Capital social

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é a seguinte:

Acionistas	2021		2020	
	Quantidade de ações ordinárias (mil)	%	Quantidade de ações ordinárias (mil)	%
Prumo Logística S.A.	2.772.920	98,26	2.576.062	98,13
PAI Invest N.V	49.048	1,74	49.048	1,87
	2.821.968	100,00	2.625.110	100,00

Pela reunião da Assembleia Geral Extraordinária de 03 de março de 2021, foi realizado o aumento de capital da Companhia, pela Prumo Logística, mediante a emissão de

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

196.858.278 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$2,01 por ação pelo valor total do preço de emissão de R\$395.685 destinados à conta de capital social da Companhia.

b. Adiantamento para futuro aumento de capital

A controladora Prumo realizou, na forma de adiantamento para futuro aumento de capital (“AFAC”), aportes até 31 de dezembro de 2021 no montante total de R\$159.752 (R\$ 391.128 31 de dezembro 2020). Tais aportes são irrevogáveis e irretiráveis, e conversíveis na quantidade de ações correspondentes, respeitando-se o seu valor nominal.

c. Dividendos

As ações da Companhia participam em condições de igualdade na distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio e demais benefícios aos acionistas. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A Companhia não irá distribuir dividendos no exercício tendo em vista o prejuízo apurado.

d. Reserva de Capital

As reservas de capital são constituídas de valores recebidos pelo Grupo e que não transitam pelo resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem ter como contrapartida qualquer esforço do Grupo em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços, são transações de capital com os sócios e ganhos nas variações percentuais com empresas investidas. As reservas de capital somente podem ser utilizadas para: i) absorver prejuízos, quando estes ultrapassarem as reservas de lucros; ii) resgate, reembolso ou compra de ações; iii) resgate de partes beneficiária; iv) incorporação ao capital; e v) pagamento de dividendo cumulativo. Em 31 de dezembro de 2021, o valor total consolidado de reserva de capital é de R\$ 181.357 (R\$ 412.742 em 31 de dezembro de 2020).

27 Receita líquida

Os principais contratos da Companhia estão relacionados ao aluguel da retroárea e serviços portuários.

As receitas são reconhecidas mediante transferências dos bens e serviços aos respectivos clientes, estando seus valores sujeitos a variações na taxa de câmbio e outros fatores de mercado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita bruta				
Cessão direito real de superfície	199.109	170.365	196.370	168.537
Serviços portuários	100.468	62.319	100.468	62.319
Locação de equipamentos	487	487	487	487
Fornecimento de água	-	-	8.278	6.504
Serviços ambientais	-	-	278	480
Outras receitas	1.043	416	1.045	433
Total receita bruta	301.107	233.587	306.926	238.760
Imposto sobre receita (PIS/COFINS/ISS/ICMS)	(31.553)	(24.039)	(32.381)	(24.634)
Receita líquida	269.554	209.548	274.545	214.126

Os ativos de contratos relacionam-se principalmente aos direitos da Companhia e de suas controladas pela contraprestação do trabalho concluído. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

28 Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Salários e encargos	(20.170)	(18.420)	(20.968)	(19.172)
Serviços de terceiros	(39.497)	(17.402)	(40.951)	(17.891)
Aluguéis e arrendamentos	(2.112)	(2.405)	(2.169)	(2.428)
Depreciação e amortização	(128.431)	(121.759)	(128.605)	(121.859)
Créditos Pis/Cofins	14.109	-	14.109	-
Amortização direito de arrendamento	(41)	-	(41)	-
Seguros diversos	(3.150)	(2.936)	(3.173)	(2.957)
Serviços portuários	(1.200)	(909)	(1.200)	(909)
Partes Relacionadas	(1.358)	(455)	-	-
Custos diversos	(4.269)	(5.595)	(4.379)	(4.365)
	(186.108)	(169.881)	(187.377)	(169.581)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

29 Despesas gerais e administrativas

A Companhia apresenta as despesas gerais administrativas por natureza, como se segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Salários e encargos	(59.165)	(58.269)	(59.656)	(58.720)
Serviços de terceiros	(30.113)	(31.804)	(30.301)	(32.368)
Material de consumo	(1.400)	(456)	(1.407)	(457)
Viagens e estadias	(255)	(272)	(255)	(272)
Aluguéis e arrendamentos	(661)	(136)	(661)	(136)
Indenização cível	(6.312)	2.035	(6.312)	2.035
Impostos e taxas	(3.688)	(2.132)	(4.052)	(2.797)
Depreciação e amortização	(9.369)	(7.257)	(3.303)	(1.191)
Contingências Trabalhistas	(1.660)	18	(1.660)	18
Amortização direito de arrendamento	(1.504)	(2.364)	(1.504)	(2.364)
Licença de uso de software	(2.152)	(2.401)	(2.157)	(2.401)
Energia Elétrica	-	(731)	-	(731)
Publicidade	(1.381)	(838)	(1.477)	(930)
Despesas diversas	(6.344)	(4.336)	(7.771)	(4.355)
	(124.004)	(108.943)	(120.516)	(104.669)

30 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Despesas financeiras:				
Despesas bancárias	(605)	(459)	(778)	(472)
IOF	(22)	(204)	(24)	(204)
Corretagem e comissões	(1.209)	(6.995)	(1.209)	(6.995)
Juros sobre empréstimos (*)	(557.577)	(377.167)	(557.577)	(377.167)
Juros sobre arrendamentos	(621)	(451)	(621)	(2.054)
Atualização monetária (**)	(185.887)	(77.472)	(185.887)	(77.472)
Amortização de custo de transação	(27.039)	(18.630)	(27.039)	(18.630)
Outras despesas financeiras	(12.453)	(12.802)	(12.446)	(12.800)
Descontos concedidos	(2.262)	-	(2.298)	(87)
Pis/Cofins sobre receitas financeiras	(2.062)	(2.409)	(2.074)	(2.419)
	(789.737)	(496.589)	(789.953)	(498.300)
Receitas financeiras:				
Juros sobre aplicações financeiras	1.760	1.265	2.065	1.458
Juros ativos	3.101	3.322	3.139	3.385
Atualização monetária - partes relacionadas	39.136	46.959	39.136	46.959
Outras receitas financeiras	359	263	357	270
	44.356	51.809	44.697	52.070
Resultado financeiro líquido	(745.381)	(444.780)	(745.256)	(446.230)

(*) Juros sobre empréstimos de R\$430.553 com BNDES, R\$127.024 sobre Debêntures;

(**) Atualização monetária sobre Debêntures.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

31 Informações por segmento

As informações por segmento devem ser preparadas de acordo com o CPC 22 (Informações por Segmento), equivalente ao IFRS 8, e devem ser apresentadas em relação aos negócios da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e em informações gerenciais internas.

A Porto do Açu utiliza segmentos, conforme descrito abaixo, que correspondem às suas unidades de negócio estratégicas, as quais oferecem diferentes serviços e são administradas separadamente. Para cada uma das unidades de negócios estratégicas, a diretoria analisa os relatórios internos da Administração ao menos uma vez por trimestre. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos relatáveis.

Segmento Administração de Retroárea (*Industrial Hub & T-Mult*)

Refere-se à atividade de cessão do direito real de superfície relativo à retroárea do Complexo Industrial do Porto do Açu para diversos empreendimentos industriais, principalmente para empresas ligadas ao setor petrolífero. O Porto do Açu compreende 13.000 hectares, dos quais 210 hectares de áreas já locadas. Inclui-se ainda, no segmento de Administração de Retroárea, o canal do T2, em cujas margens estão se instalando empresas do segmento de Óleo e Gás.

A operação no *T-Mult*, localizado no T2 e incluído neste segmento, refere-se à prestação de serviços de operação portuária de embarque e desembarque, estocagem no porto e transporte rodoviário de diversos produtos, tais como carvão mineral, minérios e coque de petróleo e de outras cargas, bem como à atracação de plataformas de petróleo.

Fornecimento de Água

Fornecimento de água para fins industriais aos clientes instalados no Complexo Industrial do Porto do Açu.

Outros

Refere-se às demais empresas controladas pela Porto do Açu, incluindo empresas operacionais e não operacionais, são elas: Pedreira Sapucaia, G3X, GSA, Reserva Ambiental Caruara e SNF.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Resultado do exercício por segmento - findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Consolidado				
	2021				
	Receita líquida	Custos	Despesas administrativas	Outras despesas e receitas	Resultado financeiro
Industrial Hub & T-Mult	269.554	(186.108)	(124.004)	11.889	(745.381)
Fornecimento de Água	8.833	(3.980)	(690)	(1.064)	(1.535)
Outros	486	(447)	(1.892)	(66)	(69)
Eliminação /Ajuste consolidação	(4.328)	3.158	6.070	3.287	1.729
Total	274.545	(187.377)	(120.516)	14.046	(745.256)

	Consolidado				
	2020				
	Receita líquida	Custos	Despesas administrativas	Outras despesas e receitas	Resultado financeiro
Industrial Hub & T-Mult	209.548	(169.881)	(108.922)	(30.965)	(444.780)
Fornecimento de Água	6.424	(2.612)	(942)	(1.386)	(1.530)
Outros	645	(109)	(875)	(516)	80
Eliminação /Ajuste consolidação	(2.471)	3.021	6.070	819	-
Total	214.146	(169.581)	(104.669)	(32.048)	(446.230)

Ativos por segmento em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Consolidado					
	2021			2020		
	Investimento em controladas	Propriedades para investimentos	Imobilizado e Intangíveis	Investimento em controladas	Propriedades para investimentos	Imobilizado e Intangíveis
Industrial Hub & T-Mult	106.403	447.139	2.795.965	102.337	447.067	2.924.345
Fornecimento de Água	-	-	7.856	-	-	3.103
Outros	63	79.811	14.349	80	79.864	9.945
Eliminação /Ajuste consolidação	(106.466)	-	(835)	(102.417)	-	(835)
Total	-	526.950	2.817.335	-	526.931	2.936.558

32 Compromissos assumidos

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia e suas controladas assumiram compromissos de compras futuras no valor de R\$271.515 (R\$228.467 em 31 de dezembro de 2020), que deverão ser cumpridos conforme acordado em contrato.

	Consolidado	
	2021	2020
Porto do Açu (a)	252.440	225.391
Águas Industriais (b)	5.510	2.747
Reserva Ambiental (c)	13.502	103
Outros	63	226
Total	271.515	228.467

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (a) Refere-se a gastos de despesas gerais e administrativas das naturezas de serviços como: vigilância e segurança, suporte em T.I, transportes de funcionários, alimentação, seguro de vida e saúde, viagens, serviços de engenharia, consultorias, manutenção, energia, entre outros.
- (b) Refere-se a gastos gerais e administrativos das naturezas de serviço como: consultorias, serviço de manutenção, energia, compra de equipamentos e entre outros.
- (c) Gastos com construção e despesas gerais das naturezas de serviços como: planejamento e execução de obra de engenharia e outros.

33 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento periódico das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão vir a ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A política da Administração da Companhia no que tange à gestão de capital é manter uma base sólida de capital para garantir a confiança dos investidores, credores e mercado, bem como assegurar o desenvolvimento futuro do negócio. Com base nisso, a Administração acompanha as previsões de retornos sobre capital no planejamento plurianual.

O conceito do “valor justo” prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, no caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo. Uma parte das contas da Companhia tem seu valor justo igual ao valor contábil; são contas do tipo equivalentes de caixa, a pagar e a receber, dívidas bullet e de curto prazo.

O quadro abaixo demonstra os saldos contábeis e respectivos valores justos dos instrumentos financeiros e a segregação do nível hierárquico, incluídos nos balanços patrimoniais consolidados:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Nota	Categoria / Mensuração	Nível	2021		2020	
				Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos							
Caixa e bancos	6	custo amortizado	Nível 2	12.776	12.776	3.160	3.160
Aplicações financeiras	6	custo amortizado	Nível 2	53.238	53.236	100.000	99.998
Caixa restrito	6	custo amortizado	Nível 2	18.338	18.338	224.957	224.957
Clientes	8	custo amortizado	Nível 2	157.701	156.678	136.681	116.317
Depósitos bancários vinculados	7	custo amortizado	Nível 2	4.074	4.074	3.995	3.995
Depósitos restituíveis	11	custo amortizado	Nível 2	58.744	58.744	55.239	55.239
Créditos a receber	21	custo amortizado	Nível 2	496.259	496.259	535.982	535.982
Debêntures - DIP (*)	13	custo amortizado	Nível 2	659.393	1.061.005	659.393	1.055.914
Créditos com terceiros	13	custo amortizado	Nível 2	80.031	80.031	80.426	80.426
				1.540.553	1.941.140	1.779.833	2.175.988
Passivos							
Fornecedores	24	custo amortizado	Nível 2	31.363	31.363	40.728	40.728
Empréstimos, financiamentos - BNDES	22	valor justo	Nível 2	3.435.083	3.435.083	3.347.752	3.347.752
Debêntures - FIGTS	22	custo amortizado	Nível 2	1.946.177	1.946.177	1.764.193	1.764.193
Outros passivos financeiros	21	custo amortizado	Nível 2	2.197	2.197	4.326	4.326
Adiantamentos de clientes		custo amortizado	Nível 2	18.638	18.638	20.332	20.332
Obrigações com terceiros	14	custo amortizado	Nível 2	20.023	20.023	22.346	22.346
Passivo de arrendamentos	20	custo amortizado	Nível 2	6.671	6.671	7.972	7.972
				5.460.152	5.460.152	5.207.649	5.207.649

(*) valor justo, apenas, para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1) / IFRS 7

(Nível 1) Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos.

(Nível 2) *Inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

(Nível 3) *Inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Níveis 1 e 3 durante o período em análise e que não ocorreram transferências relevantes de níveis para este mesmo período.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são mensurados ao custo amortizado. Os valores justos calculados pela Administração, são de R\$ 5.339.986 em 31 de dezembro de 2021 (R\$5.186.939 em 31 de dezembro de 2020), mantendo o próprio custo da dívida atual, pois não há base de comparação no mercado.

O valor dos empréstimos, financiamentos e debentures está sendo calculado na data de 31 de dezembro de 2021 pelo custo amortizado. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

As mensurações de valor justo reconhecidas nas demonstrações contábeis consolidadas são agrupadas em níveis, baseadas no grau em que cada valor justo é observável. Os valores justos para os contratos do BNDES e FI-FGTS, são considerados similares aos respectivos saldos contábeis que a companhia possui até a data, dado que não foram identificados instrumentos comparáveis. Para os demais ativos e passivos financeiros, dadas as características e os prazos de vencimento deles, os valores justos não diferem de forma relevante dos saldos contábeis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A Companhia possui política formal para gerenciamento de riscos. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. Os resultados obtidos com estas operações e a aplicação dos controles internos para o gerenciamento de riscos foram satisfatórios aos objetivos propostos.

Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

As diretrizes de proteção são aplicadas de acordo com o tipo de exposição. Os fatores de riscos relacionados a moedas estrangeiras que deverão ser obrigatoriamente neutralizados no curto prazo são de até um ano, podendo a proteção se estender a um prazo maior. A tomada de decisão frente ao risco das taxas de juros e inflação oriundas dos passivos adquiridos será avaliada no contexto econômico e operacional e ocorrerá quando a Administração considerar o risco relevante. A Companhia e suas controladas não detinham contratos de instrumentos derivativos em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

Riscos de Mercado

(ii) **Risco cambial**

São considerados riscos de flutuação nas taxas de câmbio às quais podem estar associados a ativos e passivos da Companhia, no entanto, em seu contexto operacional atual, a Companhia não possui riscos cambiais considerados relevantes pela Administração. Adicionalmente, não há instrumentos derivativos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

(iii) **Risco de taxa de juros**

Conforme detalhamento da Nota explicativa nº 22 - Empréstimos, financiamentos e debêntures, a identificação de risco de taxas de juros é ligado ao deslocamento das estruturas de juros associadas aos fluxos de pagamento de principal e juros da dívida.

Em 31 de dezembro de 2021, 100% do endividamento da Companhia estava associado aos índices de moedas locais, sendo 34,98% corrigidos pelo IPCA, 45,32% pela TLP e 19,70% pela Selic.

Com relação às receitas em reais, as receitas de aluguel da Porto do Açu são corrigidas pelo IGP-M e os recursos financeiros estão aplicados em um fundo, do banco Bradesco, com política específica para aplicação em títulos de renda fixa de bancos de primeira linha, com indexação a CDI e com previsão de liquidez diária.

Com relação à mitigação dos riscos à variação das taxas de juros dentro do contexto atual apresentado, onde a Companhia possui dívidas corrigidas por índices como SELIC, TLP e

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

IPCA adicionados de uma sobretaxa fixa e possui todo seu caixa aplicado em uma carteira de baixo risco com rentabilidade indexada ao CDI, a Administração não considerou relevante, no curto prazo, o risco de juros associado ao passivo do Grupo Porto do Aço e, portanto optou por não abrir posição em operações de hedge para neutralizar esse risco específico.

A tabela abaixo resume o fluxo futuro de pagamento da dívida em milhares de reais, por credor, com cenário de sensibilidade nos índices de taxa de juros, sofrendo oscilação (acréscimo) de 25% e 50%, e os incrementos em relação ao caso base.

O cálculo de sensibilidade foi feito com base nas projeções do relatório Focus, do Banco Central, para todas as dívidas da Porto do Aço.

Consolidado - Fluxo de Pagamentos Futuros						
Descrição	Cenário Base		Cenário I - Alta de 25%		Cenário II - Alta de 50%	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
BNDES (Selic e TLP)	7.360.953	7.460.926	7.588.549	7.846.824	7.817.242	8.232.531
Debêntures (IPCA)	4.188.008	3.786.238	4.552.937	3.994.423	4.953.669	4.215.800
Total	11.548.961	11.247.164	12.141.486	11.841.247	12.770.911	12.448.331

As projeções utilizadas no cálculo têm data base em 31 de dezembro de 2021 e foram disponibilizadas até 2025. A partir deste ano, foram utilizados os últimos valores apresentados.

Indicador	2021	2022	2023	2024	2025	2026 em diante
Selic (%a.a)	9,25%	11,50%	8,00%	7,00%	7,00%	7,00%
IPCA (%a.a)	10,01%	5,03%	3,41%	3,00%	3,00%	3,00%

Risco de cash flow relacionado aos juros flutuantes

Existe um risco financeiro associado às taxas flutuantes que pode elevar o valor futuro dos passivos financeiros. O risco comum é a incerteza sobre o mercado futuro de juros, que tira a previsibilidade dos fluxos de pagamento. Em cenários de perda a estrutura a termo de juros se desloca para cima aumentando o valor do passivo. Alternativamente, a Companhia ainda pode ter seus passivos reduzidos nos cenários de queda das taxas.

O risco mais importante associado ao passivo de juros advém da emissão de debêntures corrigida pelo IPCA, como mencionado no tópico anterior. Como a receita futura da Companhia terá correção pelo IGP-M e ambas são de longo prazo - dívida com vencimento

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

em 2033, fato que aumenta o grau de incerteza sobre o mercado devido ao prazo - existe a neutralização de projeção de receitas com a amortização da dívida, minimizando o risco em questão.

Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe no cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber e de instrumentos financeiros da Companhia. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente.

Para mitigar os riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto. Para avaliação das instituições financeiras com as quais mantém operações, a referência são os ratings das principais agências de risco utilizada no mercado: S&P, Moody's e Fitch, usando a avaliação e risco nacional ou internacional para longo prazo.

A Companhia possui uma Política de Aplicações Financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de rating como referencial para limitar o montante aplicado. Os prazos médios são constantemente avaliados bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portfólio.

Uma taxa de perda de crédito esperada é calculada para cada recebível com base na condição financeira de cada contraparte. A avaliação de crédito foi criada utilizando-se de premissas e dados históricos das principais agências de risco e bureau de crédito. As taxas de perdas são calculadas via uma matriz de multiplicação entre a taxa de perda de crédito esperada de cada recebível e o seu nível de inadimplemento na carteira e por meio do uso do método de rolagem, a probabilidade de receber avança por estágios sucessivos de inadimplemento até a baixa completa.

Risco de Liquidez

A Companhia e suas controladas monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2021. Esses valores são brutos e não-descontados, incluem pagamentos de juros estimados e não consideram o impacto dos acordos de compensação:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	29194	156	2.013	-	-	31.363
Empréstimos, financiamentos e debêntures	323.599	278.982	534.974	1.850.015	8.561.393	11.548.963
Outros passivos financeiros	2.198	-	-	-	-	2.198
Passivo de arrendamento	653	653	1.306	4.059	-	6.671
Adiantamentos de clientes	2.395	700	5.100	5.100	5.343	18.638
Obrigações com terceiros	-	-	-	20.023	-	20.023
Total por faixa de prazo	358.160	280.491	543.393	1.880.503	8.566.736	11.627.856

Para fins de comparação seguem abaixo os vencimentos contratuais de passivos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2020. Esses valores são brutos e não-descontados, incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	23.171	-	15.906	-	-	39.077
Empréstimos, financiamentos e debêntures	222.464	218.302	411.216	1.592.564	8.802.620	11.247.166
Outros passivos financeiros	4.378	-	-	-	-	4.378
Passivo de arrendamento	671	672	6.629	-	-	7.972
Adiantamentos de clientes	-	2.395	17.937	-	-	20.332
Obrigações com terceiros	-	-	22.345	-	-	22.345
Total por faixa de prazo	250.684	221.369	474.033	1.592.564	8.802.620	11.341.270

34 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades.

As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia considera que a sua cobertura de seguros é consistente com as de outras empresas de dimensão semelhante operando no mesmo setor.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as coberturas de seguros eram as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Riscos operacionais - Danos materiais	87.292	78.035	94.648	83.035
Responsabilidade Civil e por Danos Ambientais	361.075	322.279	368.075	329.279
Lucros cessantes	267.306	204.750	269.940	207.174
	715.673	605.064	732.663	619.488

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidada
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

* * *

Composição de Diretoria

José Firmo
Diretor Presidente

Fernando Mouta
Diretor Financeiro

Vinícius Patel
Diretor Administração Portuária

Mariana Moraes
Diretora Jurídica

João Paulo Braz
Diretor de Logística

Ricardo de Luca
Diretor de Óleo e Gás

Renato Vieira
Gerente de Controladoria
Contador CRC RJ 103.959/O-5